

**Coligação  
Independência e Luta para  
Mudar o Rio Grande  
(PSOL e PCB)**

**PROGRAMA DE  
GOVERNO  
2018**

**Roberto Robaina Governador  
Profª Camila Vice**

## APRESENTAÇÃO

O Rio Grande do Sul é o 5º Estado mais populoso do Brasil, com 11,361 milhões habitantes. O número corresponde a 5,4% da população brasileira, de 209,265 milhões de pessoas, segundo projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 17/07/2018. O Rio Grande do Sul fica atrás de São Paulo, com 45,451 milhões de habitantes (21,7% do total do país); Minas Gerais, com 21,242 milhões (10,2%); Rio de Janeiro, com 16,804 milhões (8%); e Bahia, com 15,412 milhões (7,4%). Do ponto de vista econômico, correspondemos ao 4º maior PIB estadual do país, com uma participação de 6,4% do PIB nacional, maior que a parcela populacional.

A realidade da população gaúcha, entretanto, é pouco alentadora. Nosso Estado passa por uma crise sem precedentes, que vem sendo enfrentada sem qualquer coragem pelo governo de José Ivo Sartori. O habitual para os gaúchos e para as gaúchas tornou-se conviver com a insegurança, com os péssimos serviços de saúde e de educação, com os salários parcelados para os servidores estaduais e com o aumento de impostos. Sob o discurso da falta de recursos, o governo estadual corta investimentos de serviços públicos básicos e aumenta impostos sem priorizar a progressividade, vitimando os mais pobres e a classe média. Enquanto isso, mantém isenções e incentivos fiscais para grandes empresários que poucos retornos dão à sociedade.

O mesmo governo que, em seu primeiro ano, concedeu reajustes de 64,2% aos secretários estaduais e ao vice-governador, de 45,9% ao governador e de 26,3% aos deputados suspendeu concursos públicos e nomeações e cortou investimentos em todos os setores públicos. Os resultados foram óbvios: hospitais regionais como os de Erechim, de Guaíba e de Três de Maio fechando, crise na segurança com aumento significativo da taxa de homicídios – somos o único Estado no Sul e no Sudeste brasileiro com aumento dessa taxa –, tentativa de preencher as vagas do magistério estadual com voluntários por incapacidade de pagamento dos professores concursados. A incoerência do governo de José Ivo Sartori esteve escancarada desde o primeiro minuto.

Há muito tempo colocamos a questão da dívida pública estadual como pilar dos problemas do Estado: para pagar uma dívida imoral e ilegítima com a União, nossos governos precarizam os serviços e, conseqüentemente, a vida da população. Apontávamos, já em 2006, a necessidade de uma auditoria da dívida e defendíamos a suspensão de seu pagamento. Agora, todos reconhecem que essa dívida não deve ser paga. Até mesmo o Poder Judiciário decidiu pelo não pagamento da dívida pública estadual.

A população gaúcha não tolera mais o descaso dos governos. Desde as Jornadas de Junho de 2013, ventos de indignação sopram em nosso Estado e em nosso país. A crise de representatividade se mostra pela reprovação dos governos em todas as esferas, e isso ocorre porque esses governos não correspondem ao que o povo quer e precisa. As pessoas querem tomar o poder em suas mãos e decidirem os rumos da sociedade, das instituições, enfim, de suas próprias vidas.

Não há novidades no modelo de administrar que os últimos governadores aplicaram ao Rio Grande do Sul. Ser governador significa fazer escolhas e tomar lados. Nós, do PSOL, temos lado: o lado dos trabalhadores e das trabalhadoras. Da mãe jovem, chefe de família, que sustenta sua casa e seus filhos com um salário mínimo. Do policial que sai de casa para prestar seu serviço à população com equipamentos em péssimas condições, sem saber se voltará a ver sua família. Da profissional de saúde e da professora que usam da criatividade para prover o que o Estado não provê. Das mulheres, da negritude, das LGBTQs e de todas as populações oprimidas. Apresentamos uma alternativa a esse modelo de governar que só privilegia os milionários e as grandes empresas: um governo que priorize os que mais necessitam e coloque a vida e as pessoas em primeiro lugar, através da construção popular conquistada e erguida pelos de baixo.

Para mudar essa situação, o PSOL e o PCB apresentam o nome de Roberto Robaina e da Professora Camila para comandar o Estado. Este programa de governo não é um documento acabado, mas uma proposta inicial dirigida ao povo do Rio Grande do Sul. Contribuições poderão ser aportadas pelo e-mail [psolrs1@gmail.com](mailto:psolrs1@gmail.com).

## SUMÁRIO

Finanças e Economia .....	5
Estatais e Fundações .....	33
Segurança Pública .....	45
Saúde.....	48
Educação .....	60
Funcionalismo Estadual.....	64
Moradia.....	66
Juventude .....	69
Democracia e Combate à corrupção .....	70
Infraestrutura e transporte .....	72
Assistência social.....	75
Agropecuária .....	76
Cultura, Lazer e Esporte .....	80
Meio Ambiente .....	82
População LGBT .....	87
Mulheres .....	90
Combate ao racismo estrutural.....	92
Indígenas .....	94
Pessoas com Deficiência (PCDs) .....	96

## **FINANÇAS E ECONOMIA**

### **PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)**

A participação do Estado no Produto Interno Bruto (PIB) nacional é um pouco superior à parcela populacional e chegou a 6,4% em 2015, segundo o último dado disponível no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso corresponde ao 4º maior PIB estadual do país, ligeiramente superior ao do Paraná, que respondia por 6,3% do total nacional no mesmo período. O estado fica atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, nessa ordem.

Conforme a (extinta) Fundação de Economia e Estatística (FEE), o setor de serviços é responsável por 67,4% do Valor Adicionado Bruto (VAB) gaúcho. Depois vêm a indústria (23,2%) e a agropecuária (9,4%). Os dados são de 2015, os mais recentes disponíveis, e mostram o crescimento da participação do setor de serviços na série histórica.

Em 2002, por exemplo, os serviços contribuíam com 62,5%, o que significa uma alta de 4,9 pontos percentuais desde lá até 2015. Já a indústria teve queda de 3,4 pontos no mesmo período: em 2002 sua participação era de 26,6%. A agropecuária teve uma redução menor na participação, de 1,5 ponto percentual, pois em 2002 ela contribuía com 10,9% do VAB estadual.

A agropecuária apresenta fortes oscilações anuais por conta dos fatores climáticos. Entre 2002 e 2015, por exemplo, variou da participação mínima de 6,6% (em 2012) à máxima de 13,7% (em 2003). Essas variações também afetam o desempenho do PIB total do Estado por conta da influência do setor primário sobre a agroindústria e os serviços. Todos juntos compõem o chamado setor do “agronegócio”.

Em 2017, em todo o país, segundo o IBGE, a agropecuária respondeu por 5% do VAB nacional. A partir daí, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea-Esalq/USP) estima que o agronegócio, como um todo, foi responsável por 21,6% do PIB brasileiro no período. Uma relação de 4,32 pontos percentuais de participação do agronegócio sobre o PIB para cada ponto percentual de participação da agropecuária sobre o VAB.

Se usarmos essa mesma relação para o Rio Grande do Sul, chega-se a 40,6% de participação do agronegócio sobre o PIB total do Estado, já que a fatia exclusiva da agropecuária foi de 9,4% do VAB em 2017, também de acordo com o IBGE.

É por conta deste impacto maior do agronegócio que o produto gaúcho apresenta maiores oscilações anuais (para mais ou para menos) do que o PIB total do país. No entanto, no longo prazo a variação da participação do Rio Grande do Sul sobre o total do Brasil é bem mais suave, pois uma forte quebra de safra em ano pode ser compensada pela recuperação das lavouras no ano seguinte.

Entre 2010 e 2015, por exemplo, o desempenho do PIB estadual oscilou entre alta máxima de 8,5% (em 2013) e queda máxima de 4,6% (em 2015), enquanto o produto nacional variou entre extremos de 7,5% de crescimento (2010) e 3,5% de queda (2015). Mesmo assim, a participação do Estado no PIB brasileiro variou de 6% a 6,4% no período, com piso em 2012 e teto em 2015. Em 3 dos 6 anos a fatia ficou em 6,2% (2010, 2013 e 2014).

Para 2016, a última estimativa da FEE era de uma queda de 2,9% no PIB estadual, mas sem abertura por segmentos, enquanto o Brasil caiu 3,5% mais uma vez, conforme o IBGE.

Em 2017 o Brasil cresceu 1%, segundo o IBGE, mesmo percentual de expansão calculado para o PIB do Rio Grande do Sul pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que foi contratada pelo governo do Estado para acompanhar o desempenho da economia local após a extinção da FEE. No acumulado até o terceiro trimestre do ano passado, a Fundação havia estimado alta de 1,3% para o PIB estadual.

Apesar de ter o 4º maior PIB estadual do país, o Rio Grande do Sul oscila entre a 5ª e a 6ª posição quando se trata do PIB per capita. Em 2015, conforme o último dado da FEE (com base no IBGE), o Estado estava em 5º lugar, com um produto per capita de R\$ 33.960,00, atrás do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, nesta ordem, em valores da época.

Em 2016, levando-se em consideração um PIB total do Estado a preços de mercado de R\$ 410,3 bilhões, conforme o último dado anual fechado da FEE, o PIB

*per capita* do Estado teria sido de R\$ 36.351,00, com base na estimativa da população do IBGE para o ano. Não há, no entanto, comparação com outros Estados.

## **Desemprego**

A taxa de desemprego no Rio Grande do Sul no primeiro trimestre de 2018, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, era de 8,5% da população economicamente ativa com 14 anos de idade ou mais. O percentual ficou abaixo dos 13,1% registrados para todo o país.

Mesmo assim, isso representava 510 mil pessoas desocupadas no Estado nos três primeiros meses deste ano, com um crescimento de 4,9% em relação ao último trimestre de 2017, quando o número de desocupados era de 496 mil. As dificuldades de colocação no mercado de trabalho afetam principalmente os jovens, as mulheres, as LGBTs e a negritude.

Em todo o país, o número de desempregados aumentou 11,2%, de 12,311 milhões para 13,689 milhões no mesmo período.

## **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)**

A posição do Rio Grande do Sul no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos Estados brasileiros, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), está alinhado com as estatísticas de PIB *per capita* da FEE.

A última classificação disponível dos Estados brasileiros pelo IDH é de 2010, quando o Rio Grande do Sul ocupava o 6º lugar, mesma posição em que aparecia no ranking do PIB per capita naquele ano. Na época, o índice do Rio Grande do Sul era de 0,746, atrás de Distrito Federal (0,824), São Paulo (0,783), Santa Catarina (0,774), Rio de Janeiro (0,761) e Paraná (0,749).

O IDH é calculado a partir de três indicadores: expectativa de vida, escolaridade e renda. Quanto mais próximo de um, mais alto o desenvolvimento humano.

## **FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO**

É fundamental analisar alguns elementos quando se busca saídas para a crise financeira e a falta de capacidade de investimento do Rio Grande do Sul: o peso da dívida com a União, as perdas líquidas impostas pela Lei Kandir e as desonerações tributárias concedidas por iniciativa do Estado. Somente esses três pontos representam, juntos, um impacto negativo de quase R\$ 10 bilhões por ano para as contas do governo estadual, o equivalente a 16% de toda a receita arrecadada pelo Estado em 2017 (R\$ 60,8 bilhões) e quase seis vezes o déficit orçamentário do período (de R\$ 1,7 bilhão).

A incoerência do governo Sartori, que fez diversos cortes no que era destinado ao povo, elevou os próprios salários e manteve a máquina pública inchada de cargos em comissão (CCs), mostrou-se desde o início. A intenção desse governo é desmontar o serviço público, precarizando-o e justificando uma futura privatização dos serviços, que o governo não teve capacidade de levar à frente.

O governo manteve a velha lógica política vigente no Brasil: loteou secretarias e estatais com critério político, colocando, por exemplo, Giovani Feltes (PMDB), sem formação financeira ou experiência na área, para comandar a Secretaria da Fazenda. O advogado Paulo Odone, presidente do PPS gaúcho, se tornou diretor do Badesul.

### **Dívida com a União e Regime de Recuperação Fiscal (RRF)**

Segundo informação da Secretaria da Fazenda em 18/07/2018, só o débito com a União decorrente do refinanciamento da dívida mobiliária do Estado e do PROES, no fim dos anos 1990, representaria atualmente um desembolso de R\$ 275,8 milhões por mês (entre juros, encargos e amortizações), ou R\$ 3,3 bilhões por ano, não fosse a liminar contra o pagamento das parcelas concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em julho de 2017. O valor já leva em conta os efeitos das Leis Complementares 148/2014 (governo Dilma Rousseff), que alterou a taxa de juros e o indexador da dívida com a União de IGP-DI + 6% ao ano por IPCA + 4% ao ano, limitado pela variação da taxa Selic, e 156/2016 (governo Michel Temer), que alongou o prazo de pagamento em 20 anos, de 2028 para 2048.



Os R\$ 278,5 milhões mensais equivalem ainda ao valor “cheio” que deveria estar sendo pago pelo Estado, sem os descontos decrescentes em 18 parcelas até junho de 2018, acertado na negociação com o governo federal em 2016 que foi confirmada pela LC 156. O valor anual das parcelas da dívida com a União, de R\$ 3,342 bilhões, supera de longe os investimentos do governo, que somaram R\$ 1,1 bilhão em 2017, também R\$ 1,1 bilhão em 2016 e R\$ 809 milhões em 2015, em valores nominais (sem correção).

Mesmo com os pagamentos anuais, o estoque da dívida com a União cresceu de R\$ 9,6 bilhões (em valores nominais) em 1998, ano da assinatura dos contratos de refinanciamento da dívida mobiliária e do PROES, para R\$ 58,6 bilhões em 2017, conforme o mais recente relatório anual da dívida disponível no site da Secretaria da Fazenda. Atualizado pelo IGP-DI até dezembro de 2016, o estoque inicial da dívida com a União era de R\$ 42,7 bilhões, o que significaria uma alta de 37% desde 1998 até 2017, considerando os valores corrigidos. Isso mesmo depois de o Estado ter pago R\$ 26,3 bilhões, em valores corrigidos, no acumulado de 1998 a 2017, e da redução do saldo devedor com a aplicação do novo indexador estabelecido pela LC 148 a contar de janeiro de 2013. Segundo a Secretaria da Fazenda, com a nova regra houve um abatimento de R\$ 4,9 bilhões no saldo em 2016.

No mesmo período (1998-2017), a participação da dívida com o governo federal aumentou de 77% para 86,6% de todas as dívidas contratuais do Estado (excluídos os precatórios), que totalizaram 67,7 bilhões no fim do ano passado. Quando se acrescentam os precatórios, a dívida consolidada líquida do Estado chegou a R\$ 76,7 bilhões em 2017. O montante correspondeu a 2,19 vezes a receita corrente líquida acumulada no ano, acima do limite de 2 vezes (o que daria R\$ 70,1 bilhões) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O estouro impede que o Estado contrate novos financiamentos. Apenas o Rio de Janeiro fechou 2017 com um índice maior entre dívida e receita (2,7 vezes), conforme a Secretaria da Fazenda.

Agora, o governo estadual negocia com a União a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), instituído pela Lei Complementar 159/2017. Em troca da

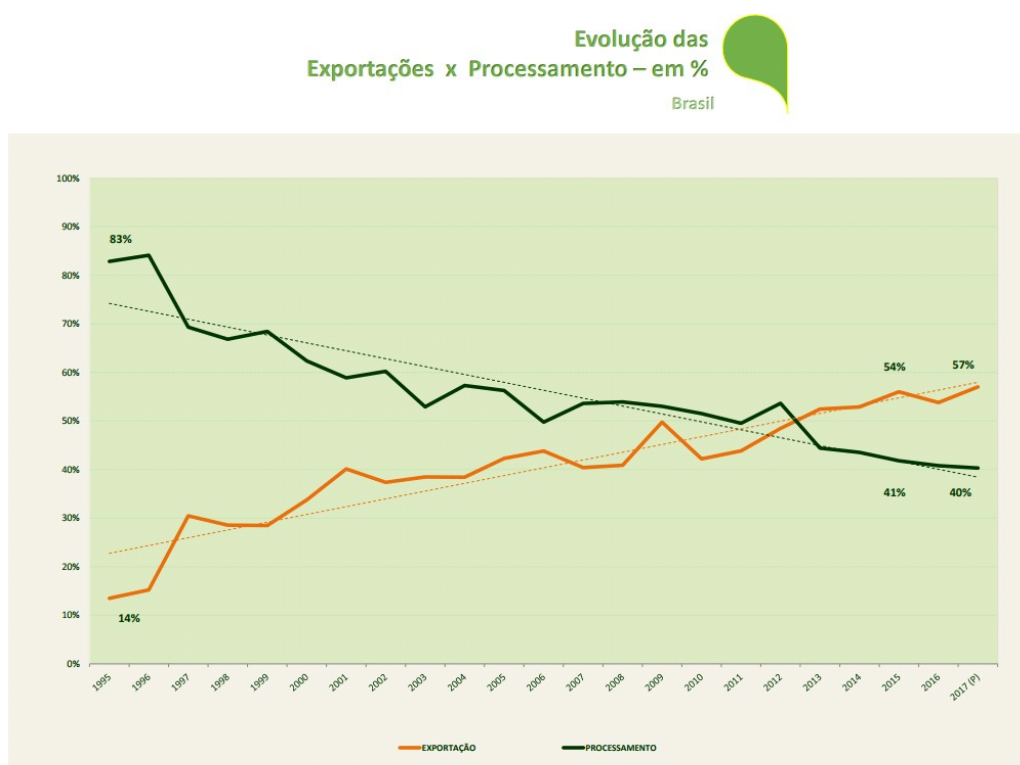
suspensão por três anos do pagamento das parcelas da dívida com o governo federal, o programa exige, entre outras medidas, a privatização de estatais (o Estado quer vender a CEEE, a CRM e a Sulgás) e a redução de benefícios fiscais estaduais em pelo menos 10% ao ano.

O governo do Estado alega que com a adesão obteria uma folga de caixa de R\$ 11,3 bilhões nos três primeiros anos para evitar atrasos na folha de pagamento (que vem sendo parcelada desde 2015) e em investimentos em áreas essenciais como segurança pública, saúde e educação. O Rio Grande do Sul também poderia prorrogar o contrato do RRF por mais três anos, com retomada gradual dos pagamentos das parcelas (partindo de R\$ 63 milhões até o valor cheio à época, em 2024).

O problema é que o valor que deixará de ser pago temporariamente será incorporado ao montante da dívida e terá impacto nas parcelas futuras. Neste caso, conforme a própria Secretaria da Fazenda, as prestações mensais chegarão a R\$ 433,9 milhões em 2024, ante R\$ 329,2 milhões estimados para aquele período sem a adesão ao RRF. Ao mesmo tempo, com a adesão ao regime, o estoque do endividamento com a União chegaria a R\$ 70,7 bilhões em janeiro de 2021 e a R\$ 79,7 bilhões em janeiro de 2024, de acordo com matéria de Zero Hora de 28 de fevereiro. Sem a adesão, o saldo devedor estimado ficaria em R\$ 59,3 bilhões em 2021 e em R\$ 60,5 bilhões em 2024.

## Lei Kandir

Criada em 1996, a Lei Kandir desonerou da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semielaborados (os industrializados já eram desonerados). Sob a ótica econômica, ao ampliar o leque das desonerações para todos os bens, não só sobre os industrializados, a Lei Kandir provocou alterações significativas na forma de comercialização de alguns complexos econômicos. Por exemplo, a soja teve a exportação em grão estimulada, transferindo a mão-de-obra da indústria de transformação para o exterior. Isso acarretou aos estados brasileiros uma perda de receita tributária. O Rio Grande do Sul, por sua característica econômica exportadora, sofreu uma perda mais significativa.



Fonte: ABIOVE – Dezembro/2016

Supostamente, a Lei Kandir traria mais desenvolvimento e aumentaria as exportações, mas exemplos próximos mostram que é possível equilibrar arrecadação tributária e resultados econômicos. A Argentina, que seguiu caminho contrário com o complexo da soja, colheu frutos significativos na sua pauta de exportações. Mesmo com um imposto de retenção de 32% (o maior do mundo no setor), aumentou substancialmente as exportações de produtos derivados da soja sem prejuízo da

produção de grãos *in natura*, gerando muito mais empregos e renda. Enquanto isso, o Brasil, que tinha uma relação de 20% de grãos para 80% de produtos processados, durante os últimos vinte anos de vigência da Lei Kandir passou para uma relação de 60% de grãos para 40% de produtos processados, diminuindo o valor agregado de nossos produtos. Em outras palavras, a Lei Kandir não é um problema somente para a arrecadação dos Estados, mas também uma fonte de problemas para a economia do país, pois gera uma tendência à desindustrialização e à primarização da economia.

Mesmo com as maxidesvalorizações cambiais de 1999 e 2002, que por si só já justificariam o fim da Lei Kandir, esta foi mantida, a despeito de gerar profundo desequilíbrio nas contas dos Estados e exportar empregos e renda para outros países.

No processo de elaboração da Lei Kandir, foi feita a promessa de que as perdas impostas aos Estados seriam compensadas. Mas não foi isso que aconteceu. Segundo nota técnica da Receita Estadual, as medidas compensatórias aos Estados, previstas pela Lei Complementar nº. 87/96 e posteriormente ratificada pela Lei Complementar nº. 102/2000, não cobrem a perda real da arrecadação. A Secretaria da Fazenda do Estado diz que as perdas líquidas do Rio Grande do Sul com a Lei Kandir somavam R\$ 50 bilhões no acumulado até 2016, em valores atualizados pelo IGP-DI até julho de 2017. A cifra é resultado de R\$ 65,5 bilhões em renúncia fiscal desde 1996, contra apenas R\$ 15,5 bilhões em compensações do governo federal no período. Isso significa que as compensações se limitaram a 23,7% da renúncia fiscal. Só em 2016, a perda líquida com a Lei Kandir foi de R\$ 3,7 bilhões para o Estado.

A perda líquida de R\$ 50 bilhões no acumulado até 2016 equivalia a 87% da dívida do Estado com a União no mesmo ano (R\$ 57,4 bilhões). Enquanto isso, o presidente Michel Temer liberou, em dezembro do ano passado, míseros R\$ 1,9 bilhão para serem rateados entre Estados e municípios como complemento às compensações previstas na Lei Kandir, mas o dinheiro terá de ser usado prioritariamente para compensar dívidas com a própria União ou com aval da União – ou seja, o dinheiro voltará para ele.

Embora se diga que é inútil brigar por ressarcimentos da Lei Kandir como forma de contornar os problemas fiscais dos Estados, o assunto está longe de se esgotar. Em novembro de 2016, por exemplo, em ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) movida pelo Estado do Pará, o STF deu 12 meses para o Congresso editar Lei complementar que regulamente a distribuição dos ressarcimentos das perdas decorrentes da Lei Kandir aos Estados e ao Distrito Federal. Se o prazo não fosse cumprido, o TCU teria de definir as regras. O prazo, é claro, não foi cumprido, mas há projetos a respeito em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados.

No Senado, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2007, que restabelece a cobrança de ICMS na exportação de produtos primários e semielaborados, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em novembro de 2017 e está pronta para ser votada em plenário. Na Câmara, a comissão especial que estuda mudanças na lei aprovou por unanimidade, também em novembro do ano passado, parecer que propõe que a União repasse R\$ 39 bilhões por ano em compensações aos Estados e ao Distrito Federal. Os repasses começariam com R\$ 19,5 bilhões em 2019, iriam a R\$ 29,25 bilhões em 2020 e a R\$ 39 bilhões a partir de 2021, corrigidos anualmente pelo IPCA. O projeto ainda precisa ir a plenário.

### ***Efeitos colaterais potencializados pela Lei Kandir***

Econômicos: aumento do preço das terras, redução da diversidade de atividades agropecuárias, primarização das exportações, redução dos empregos gerados, grande dependência das empresas transnacionais.

Sociais: concentração da terra e da renda, conflito agrário, intensificação da pobreza, aumento das desigualdades, expulsão de produtores e comunidades tradicionais das suas áreas de origem.

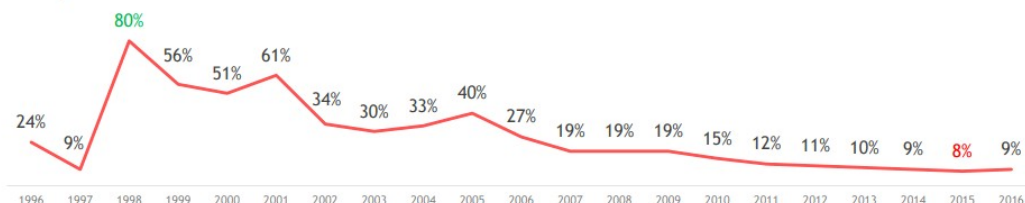
Ambientais: desmatamento, queimada, uso intensivo de agroquímicos, contaminação do solo e da água, uso de semente transgênica.

A tabela abaixo apresenta a evolução das perdas líquidas relativas às desonerações proporcionadas pela Lei Kandir ao Rio Grande do Sul no período de 1996 a 2016 em valores reais (atualizados pelo IGP-DI a preços de julho de 2017).

ANO	PERDAS BRUTAS	COMPENSAÇÕES	PERDAS LÍQUIDAS
1996	898.645.900	211.994.138	686.651.762
1997	2.060.928.256	183.991.620	1.876.936.636
1998	2.267.241.398	1.822.656.930	444.584.468
1999	2.398.036.034	1.348.626.879	1.049.409.155
2000	2.620.408.320	1.332.117.310	1.288.291.010
2001	1.839.232.682	1.117.232.382	722.000.300
2002	3.182.286.494	1.086.311.009	2.095.975.485
2003	3.142.120.381	949.479.018	2.192.641.363
2004	2.548.624.761	833.273.033	1.715.351.728
2005	2.176.469.130	865.474.259	1.310.994.871
2006	2.747.190.105	754.757.567	1.992.432.538
2007	3.426.796.208	644.248.876	2.782.547.332
2008	3.602.918.200	690.723.676	2.912.194.524
2009	3.200.867.823	594.397.615	2.606.470.208
2010	3.437.176.088	530.434.285	2.906.741.803
2011	3.890.469.670	478.959.945	3.411.509.725
2012	3.982.762.503	422.857.150	3.559.905.353
2013	4.461.471.544	426.018.168	4.035.453.376
2014	4.369.756.232	405.394.508	3.964.361.724
2015	5.187.636.137	404.783.539	4.782.852.598
2016	4.063.310.444	367.821.050	3.695.489.394
<b>TOTAL</b>	<b>65.504.348.310</b>	<b>15.471.552.957</b>	<b>50.032.795.353</b>

FONTE: Receita Estadual e COTEPE/CONFAZ (dados brutos).

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE RESSARCIMENTO DA UNIÃO NAS PERDAS DE ICMS COM A LEI KANDIR



FONTE: Receita Estadual.

## Incentivos, Isenções e Desonerações Fiscais

As políticas de incentivos fiscais implementadas nas últimas décadas favorecem grandes empresas que recebem isenções gigantes, prejudicando a sociedade. Não cumprem a contrapartida de gerar mais empregos e provocam uma

perda de arrecadação no caixa do governo que poderia ser investida em saúde, segurança e educação.

A falta de transparência desse processo é total. Os dados dos benefícios fiscais são desconhecidos pelos trabalhadores das empresas e pelas entidades sociais, e até pelo Legislativo e pelo Ministério Público. São dados como valores, quanto o Estado deixa de arrecadar, qual o prazo de isenções e quantas vezes ele foi prorrogado e quais as medidas compensatórias.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) denomina essas renúncias fiscais de “gasto invisível”, uma vez que elas são protegidas por sigilo fiscal e as empresas que delas usufruem não são submetidas a um processo de monitoramento e fiscalização para a avaliação do real impacto que elas têm na economia. A Secretaria da Fazenda trata como sigilo fiscal o que é objeto da Lei de Transparência. Os dados que a Secretaria da Fazenda esconde da população, são dados que obrigatoriamente teria que mostrar. Segundo o Sindicato dos Técnicos Tributários da Receita Estadual, ocorre benefício de empresas em detrimento de outras, sem critérios transparentes, o que não gera incentivo à produção, mas desemprego. A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público do Rio Grande do Sul já afirmou que há irregularidades na concessão e na fiscalização dos incentivos fiscais, pouca transparência e direcionamentos.

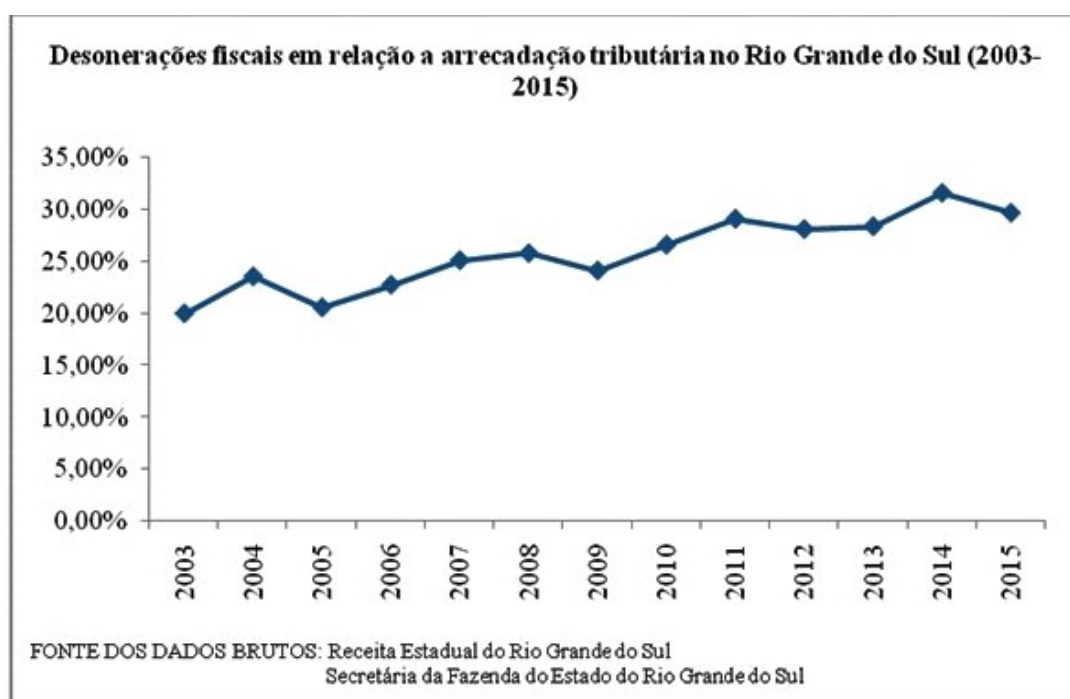
Segundo a Secretaria do Planejamento do Estado, o crédito fiscal presumido é a principal modalidade de desoneração tributária praticada pelo Estado, para “atração e manutenção da competitividade de diversos setores da economia gaúcha”. Essa modalidade inclui apenas os benefícios concedidos pelo Estado, sem determinação constitucional ou por Lei federal. Em 2016, os créditos presumidos somaram R\$ 2,5 bilhões em valores nominais (ou R\$ 2,6 bilhões em valores atualizados pelo IPCA até fevereiro de 2018). Desse total, 28,7% estão protegidos por sigilo fiscal. Corrigidos pelo IPCA, os créditos presumidos cresceram de R\$ 3,4 bilhões em 2012 para R\$ 3,5 bilhões em 2013 e para R\$ 3,7 bilhões em 2014. Depois disso, com a crise, caíram para R\$ 2,8 bilhões em 2015 e R\$ 2,6 bilhões em 2016, conforme demonstrado no projeto de lei orçamentária para 2018.

Há uma parte importante das desonerações fiscais nas quais o Estado gaúcho tem ingerência. É o caso dos créditos presumidos. Em 2015, esse segmento das desonerações foi de R\$ 2,51 bilhões. São desonerações concedidas pelo Estado com o intuito de atrair investimentos e estimular determinados setores da economia. Assim, é “presumido” o ICMS de uma empresa que pretende se instalar ou ampliar a produção.

Entram na categoria do crédito presumido o Fundopem e o Fomentar. Conforme os restritos dados divulgados pela Secretária da Fazenda do Rio Grande do Sul, o Fundopem recebeu mais de R\$ 570 milhões de desonerações fiscais via crédito presumido no referido ano.

Nos três últimos governos, os créditos presumidos – corrigidos pelo IPCA – foram maiores na gestão Tarso Genro (PT). Na média, o PT concedeu R\$ 3,5 bilhões por ano em nessa modalidade de benefícios às empresas, contra R\$ 3,1 bilhões/ano na gestão Yeda (PSDB) e R\$ 2,7 bilhões na média dos dois primeiros anos de Sartori (PMDB).

Mesmo quando não há sigilo fiscal, o governo só divulga a desoneração por setores e programas. Em 2016, os mais beneficiados foram a indústria de biodiesel (6,8% do total), o Fundopem (5,8%), o setor de chapas e bobinas de aço – na prática,





a Gerdau – (também 5,8%), o programa Agregar (5,2%), o Agregar Carnes (5%) e setor de leite fluido (4,7%).

Em nota técnica às demonstrações das desonerações de 2016, a Receita Estadual defende alterações no Código Tributário Nacional para permitir a divulgação dos benefícios fiscais por contribuinte, inclusive no site da Sefaz.

Em um momento de escassez clara de recursos e de dificuldades do estado prestar os serviços mais básicos, caberiam revisões de desonerações fiscais concedidas, algumas das quais com pouca transparência e rara informação sobre o retorno social e econômico dessas renúncias. O gráfico abaixo explicita que as desonerações fiscais em relação à arrecadação total do estado do Rio Grande do Sul são ascendentes no período exposto.

O Ministério Público de Contas (MPC) foi obrigado a ingressar com uma liminar para ter acesso aos dados relativos aos incentivos fiscais no Estado. Segundo nota técnica da Receita Estadual, as desonerações fiscais giram em torno de R\$ 9 bilhões por ano. É preciso uma auditoria estratégica para analisar quanto o Estado deixou de arrecadar, quais empresas foram beneficiadas, quantos empregos foram gerados.

#### *Maiores beneficiários do Fundopem no Estado*

Nome da empresa, valor máximo de ICMS a ser financiado e número de empregos novos a ser criado:

- 1) Videolar-Innova S.A:** R\$ 343.409.445,10, 5 empregos
- 2) Fibraplac Chapas de MDF LTDA:** R\$ 293.252.663,40, 363 empregos
- 3) John Deere Brasil LTDA:** R\$ 258.898.445,30, 500 empregos
- 4) Duratex S/A:** R\$ 250.138.441,80, 93 empregos
- 5) Masisa do Brasil LTDA:** R\$ 241.345.111,30, 221 empregos
- 6) Brasil Kirin Ind. de Bebidas S.A.:** R\$ 191.114.166,42, 360 empregos
- 7) Oleoplan S/A - Óleos Vegetais Planalto:** R\$ 179.947.107,17, 434 empregos

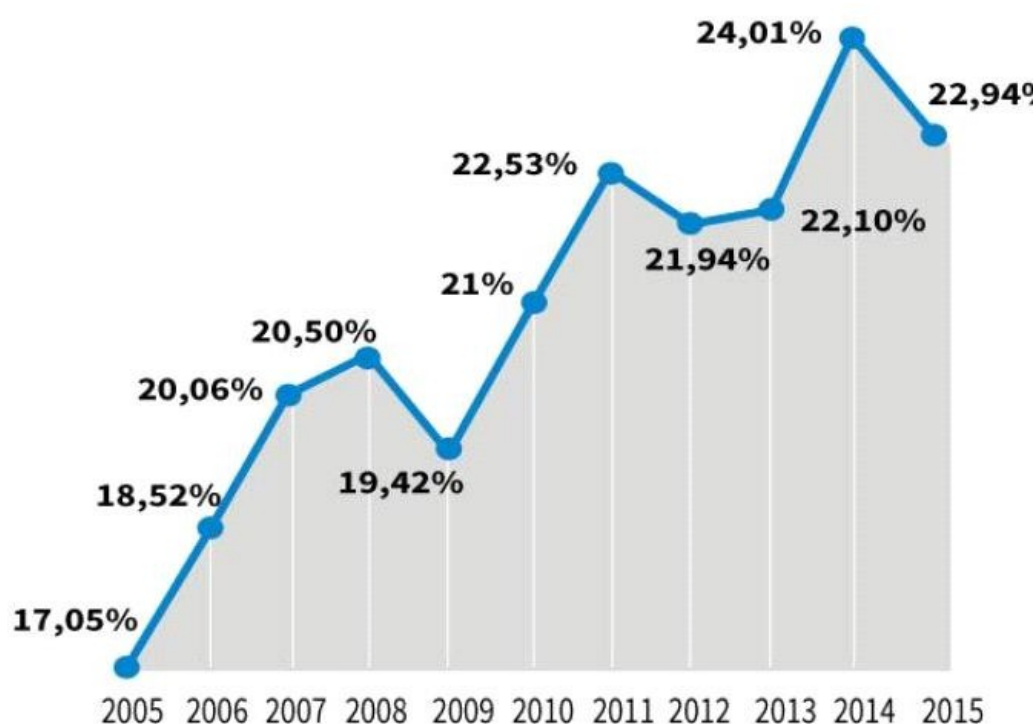
**8) Gerdau Aços Longos S/A:** R\$ 146.300.462,55, 73 empregos

**9) BSBIOS Ind e Com de Biodiesel Sul Brasil LTDA:** R\$ 146.128.953,23, 231 empregos

**10) Philip Morris Brasil Indústria e Comércio LTDA:** R\$ 133.005.690,60, 26 empregos

## EVOLUÇÃO DAS DESONERAÇÕES NO RS

Variação na estimativa de benefícios concedidos, em percentual do potencial de impostos



arte ZH / RBS

### Dívida Ativa

É de **R\$ 49,4 bilhões** o total da dívida de pessoas físicas e jurídicas com o Estado por sonegação e inadimplência, constituída 90% pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal receita do erário estadual. Só **R\$ 9,3 bilhões** são “recuperáveis” ou “cobráveis”.

Boa parte dos devedores dos R\$ 49,4 bilhões (saldo relativo aos últimos 40 anos) não existe mais. As empresas faliram, quebraram ou seus donos não foram mais encontrados.

O recordista das pessoas jurídicas tem R\$ 367,2 milhões para pagar ao Estado. Em 2017, até novembro, R\$ 1,7 bilhão foram recuperados e entraram no cofre do Tesouro. Também em 2017 foram constituídos R\$ 3 bilhões em créditos tributários, um recorde. Ainda não entraram nos cofres, foram transformados em auto de lançamento. Na média, 55% dos créditos ingressam efetivamente no Tesouro ao longo de cinco anos, pouco mais de 10% ao ano. São valores sujeitos a contestações administrativas.

É preciso fazer a simplificação dos procedimentos de cobrança para resgatar o máximo possível destes valores.



Fonte: Sefaz

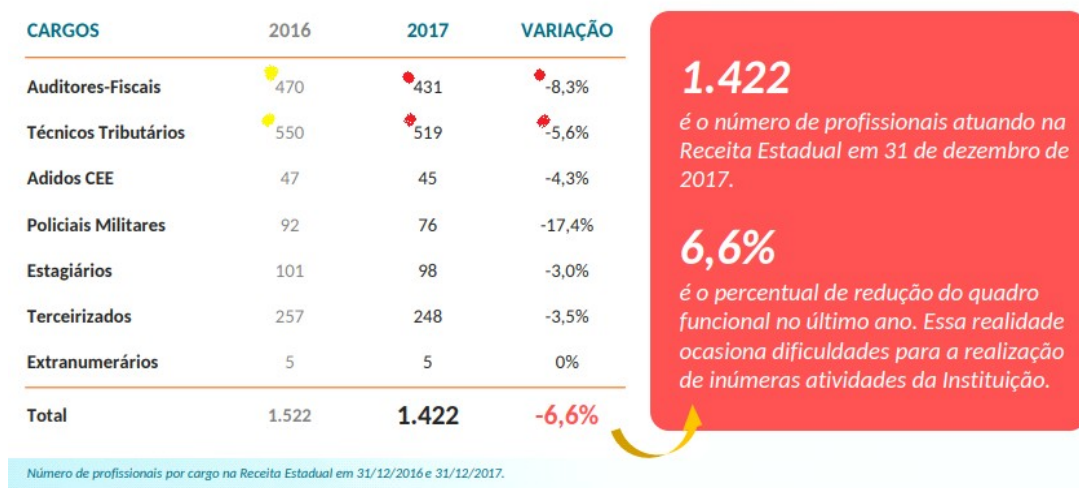
## Sonegação

Segundo o Sindicato dos Técnicos do Tesouro do Estado do RS (Afocefe), através do instrumento Sonegômetro, estima-se que o Estado tenha perdido apenas em 2017 R\$ 7,8 bilhões com a sonegação de impostos. Como eixo estratégico para enfrentar a crise é necessário buscar mecanismos permanentes de combate à sonegação.

A importância da integração e do trabalho articulado entre as carreiras e demais secretarias de Estado e da necessidade de aliar a fiscalização virtual com a ostensiva. A presença física do Estado aumenta a percepção de risco e não permite que a sonegação tenha trânsito livre, coibindo também, outros crimes a ela relacionados.

Por isso a defesa pelos auditores fiscais do Sindifisco e do Afocefe pela valorização e pela autonomia da Administração Tributária, para fortalecer a máquina pública do Estado a fim de defendê-lo de uma contabilidade paralela.

Os números abaixo mostram a diminuição dos profissionais.



Fonte SEFAZ

O economista Alfredo Meneghetti, da FEE, coloca a **falta de uma fiscalização mais ostensiva** como um dos cinco pontos que explicam a queda da participação da economia gaúcha na economia brasileira. Os outros itens seriam: (2) a defasagem do ICMS e o PIB gaúcho; (3) as quedas no investimento público; (4) o aumento da dívida pública e (5) os incentivos fiscais sem transparência.

A fiscalização não serve somente para aumentar a arrecadação. Ela induz a competitividade entre as empresas, garante empregos, protege a população de produtos pirateados. A nota fiscal eletrônica, tentativa de aprimorar a fiscalização tributária, não eliminou a sonegação. O Estado fiscaliza em cima das informações fornecidas pelos próprios contribuintes, enquanto diariamente no trabalho presencial de fiscalização realizado pelos técnicos tributários são identificadas recorrentes divergências entre o que de fato é transportado e o que é registrado na nota fiscal eletrônica. Esse modelo que beneficia o sonegador é mais um dos responsáveis pela penúria financeira do estado. A tecnologia deve ser usada a favor, e não em prejuízo, do Estado. A fiscalização virtual tem que andar junto com a presencial, já que são complementares.

É necessária uma fiscalização integrada entre secretarias, órgãos de controle e carreiras da Sefaz para que a arrecadação de tributos não seja comprometida por questões corporativas. É necessário cessar o dismantelamento das ações de fiscalização, a precariedade de equipamentos e a falta de investimento em uma atividade essencial para o Estado. O modelo de fiscalização adotado atualmente contribui para a crise financeira do Estado, pois não há política pública estruturada para o enfrentamento da crise de receita.

Estudos do Sinprofaz apontam que 27,6% de toda a arrecadação de ICMS é sonegada, o que corresponde a uma evasão acima de R\$ 7 bilhões por ano. O Rio Grande do Sul está em 20º lugar na tabela de evolução nacional do ICMS (dados de 2014). Técnicos e auditores apresentam propostas de conduta na instituição fiscalizatória para a eficiência da gestão da arrecadação tributária: (1) atuação compartilhada entre técnicos tributários e auditores fiscais; (2) criação de equipes de fiscalização em atuação conjunta em ações de campo; (3) criação de agências móveis de fiscalização (postos fiscais e turmas volantes); (4) modernização dos equipamentos em postos fiscais fixos (scanners de raios-x, leitoras, cabeamento ótico); (5) atendimento às orientações do TCE como, por exemplo, transparência na realização de programas de recuperação de créditos tributários e de regularização de contribuintes, que não têm mostrado estudo de impactos sobre as renúncias de créditos.

Os auditores reclamam que estão com quadro defasado em quase 50% e em desvio de função. Argumentam que 100 novos auditores incrementam a constituição de créditos tributários em R\$ 1 bilhão por ano. Os profissionais criticam o excesso de anistias tributárias concedidas, inclusive aos sonegadores, e a demora na cobrança dos créditos. Os técnicos da Sefaz propõem a redução gradual de benefícios fiscais, após a revisão dos existentes; a proibição de anistias tributárias por dez anos, na Constituição Estadual; a criação de varas especiais no Poder Judiciário para agilizar a solução dos conflitos tributários; e campanha mostrando às prefeituras a importância da administração tributária estadual para as finanças municipais (25% do ICMS e 50% do IPVA pertencem aos municípios).

Um informe de 2017 da Organização das Nações Unidas (ONU) reforça a fragilidade da nota fiscal, mostrando que cerca de 80% do fluxo financeiro de evasão fiscal tem relação com o setor privado e que o principal mecanismo utilizado é o subfaturamento. Isso significa que quando as empresas vão fazer as notas fiscais, ou seja, informar seu faturamento, elas informam com um valor inferior e, assim, conseguem pagar tributos menores.

O estudo mostra, ainda, que a evasão somada à sonegação fiscal de empresas brasileiras chega a 27% do total que o setor privado deveria pagar em impostos no Brasil, o equivalente a cerca de R\$ 500 bilhões. O ICMS está entre os impostos mais sonegados no país, ao lado do Imposto de Renda e das contribuições previdenciárias que, se arrecadados, poderiam ser destinados à Previdência Social, por exemplo.

Na opinião de especialistas, os crimes tributários, como a sonegação, deixaram de ser crime de fato porque perderam a punição a partir de 1996, um ano de grandes medidas de austeridade no país sob o governo federal de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e estadual de Antônio Britto (PMDB). Podemos perceber, então, que nos ciclos de medidas de austeridade e de liberalismo econômico temos cenários em que se cortam investimentos públicos, se amplia o valor do orçamento público que vai para o que podemos chamar de financismo e se beneficiam grandes grupos econômicos, que normalmente são capazes de realizar grandes sonegações.

Os 500 maiores devedores inscritos na dívida ativa da União são grandes corporações.



## Bancos Públicos

### ***Banrisul***

#### *Participação do Estado cai e Banrisul privilegia o mercado*

Sem condições políticas para privatizar ou federalizar o Banrisul e, com isso, facilitar a adesão ao programa de recuperação (ajuste) fiscal do governo federal, o governo José Ivo Sartori (PMDB) vem fatiando e vendendo o que pode de ações do banco, sem perder o controle acionário, para tapar buracos do caixa do Estado. O movimento segue a linha da oferta pública de ações feita pela ex-governadora Yeda Crusius (PSDB) em 2007 e tem consequências que vão além da mera redução da participação do Estado sobre o capital e sobre a distribuição de dividendos da instituição.

Estamos diante do que poderia se chamar de “petrobratização” do Banrisul. Com as ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, as sucessivas ofertas de papéis aos investidores e agora a expectativa de abrir o capital da subsidiária Banrisul Cartões, criada em 2013, no governo Tarso Genro (PT), o banco precisa torna-se atraente para o mercado. Com efeito, o Banrisul tem chamado a atenção do mercado financeiro, em especial nas indicações de carteiras de ações pagadoras de dividendo. Somente em 2018, instituições como Credit Suisse e Santander chamaram a atenção dos investidores para as ações do banco. Para obter essa atenção, a gestão do banco prioriza a geração de resultados aos acionistas privados, às custas da função de um banco estatal como fomentador da economia local e balizador das taxas de juros do setor financeiro em sua área de atuação.

#### *Taxas de juros elevadas*

Um exemplo é a taxa efetiva média (incluindo juros, impostos e taxas operacionais) cobrada no desconto de duplicatas para empresas. Conforme o Banco Central, em junho o Banrisul cobrava 2,03% ao mês, mais do que o Bradesco (1,56%) e o Itaú (1,69%), mas menos do que o Banco do Brasil (BB) (2,09%) e a Caixa Econômica Federal (CEF) (3,54%).

No entanto, no fim de 2014, antes do atual governo e das duas últimas rodadas de vendas de ações, em abril deste ano, a taxa média do Banrisul (1,99%) era mais baixa do que as dos outros quatro bancos: 2,05% (CEF), 2,35% (BB), 2,59% (Itaú) e 2,96% (Bradesco).

Cientes pessoas físicas sofrem ainda mais. Em junho, entre os cinco bancos mencionados, o Banrisul cobrava as maiores taxas no rotativo total do cartão de crédito (11,52%) e no financiamento de veículos (2,13%). No fim de 2014, ele cobrava a menor taxa no financiamento de veículos (1,42%) e a segunda menor no rotativo do cartão (10,03%), só acima da CEF (5,77%).

Vale lembrar ainda que, de lá para cá, a taxa Selic caiu de 11,75% para 6,5% ao ano, mas Banrisul e CEF foram os únicos dos cinco bancos a aumentar as taxas cobradas dos clientes nas três linhas mencionadas (desconto de duplicatas para



empresas, cartão de crédito e financiamento de veículos para pessoas físicas). No mesmo período, BB, Bradesco e Itaú reduziram as taxas.

#### *Aplicação em títulos cresce mais que oferta de crédito*

Mesmo com os altos juros cobrados dos clientes e a redução da Selic, o Banrisul mantém uma postura conservadora na liberação de empréstimos em momentos de instabilidade econômica. Em geral, o banco alega que nesses períodos há redução de demanda e que também é preciso mais cautela na oferta de crédito. Assim, mantém boa parte de seus recursos aplicados em títulos do governo federal.

Desde dezembro de 2014 (fim do governo Tarso) até dezembro de 2017 (terceiro ano sob o governo Sartori), a carteira de crédito total do banco cresceu apenas 2,9%, de R\$ 30,487 bilhões para R\$ 31,369 bilhões. Já a aplicação em títulos e valores mobiliários (que não incluem os depósitos compulsórios no Banco Central) cresceu de R\$ 18,889 bilhões para R\$ 24,189 bilhões, uma alta de 28,1%.

#### *Lucro de R\$ 1,053 bilhão em 2017*

No ano passado o Banrisul reportou lucro líquido de R\$ 1,053 bilhão, com crescimento de 59,6% sobre 2016, quando o resultado foi de R\$ 659,7 milhões. O desempenho gerou uma rentabilidade de 15%, acima, por exemplo, do Bradesco (14,7%) e do Banco do Brasil (11,2%). Com isso, a distribuição de dividendos aos acionistas deu um salto de R\$ 264,8 milhões para R\$ 420 milhões, de acordo com o banco. No primeiro trimestre deste ano, o lucro foi de R\$ 244 milhões, contra R\$ 128,5 milhões no mesmo período de 2017.

Ocorre que, embora ainda detenha o controle, o governo do Estado tem pouco menos da metade (49,9%) do capital total do Banrisul e recebe dividendos nesta proporção. O Estado detém 98,1% das ações ordinárias, com direito a voto (ON), mas apenas 1,4% das ações preferenciais, sem direito a voto (PN). No total o banco tem 409 milhões de ações, sendo 205 milhões de ON e 203,9 milhões de PN.

#### *Fundos de investimentos detêm parte importante do capital*

Atualmente, três fundos de investimentos têm participação relevante no Banrisul e somam 10% do capital total: Skagen Funds (norueguês), com 5%, Kapitalo Investimentos e XP Gestão de Recursos (brasileiros), com 2,5% cada um. Como eles

só têm ações preferenciais, a participação neste tipo de papel específico é o dobro (10% e 5%, respectivamente).

Nas ações com direito a voto (ON), onde a participação do Estado é de 98,1%, a Austro Capital, gestora de recursos de Porto Alegre, tem 1,1% (2,228 milhões de ações) e o Norges Bank (Banco Central da Noruega) tem 0,8% (1,774 milhão de ações).

#### *Queda da participação do Estado e investigação do MPE, do MPC e do MPF*

A redução da participação acionária do Estado no banco iniciou em 2007, quando a então governadora Yeda Crusius vendeu 173,9 milhões de ações preferenciais por R\$ 2,1 bilhões. Deste total, R\$ 800 milhões brutos foram para o próprio banco e R\$ 1,3 bilhão, para dois fundos previdenciários criados pelo governo. Dois anos depois, no entanto, este dinheiro foi resgatado e utilizado em obras rodoviárias.

Naquele momento a participação do Estado sobre o capital total do banco recuou de 99,4% para 57% e permaneceu assim até este ano, quando Sartori vendeu 26 milhões de ações preferenciais por R\$ 484,9 milhões no dia 10 de abril e, depois, 2,974 milhões de ações ordinárias, por R\$ 52,5 milhões, no dia 27 de abril. Após essas duas últimas operações, a participação do Estado caiu para os 49,9% atuais.

A última negociação, no entanto, não foi comunicada previamente ao mercado – ao contrário da anterior – e as ações foram vendidas pelo preço mínimo unitário de R\$ 17,65, abaixo do valor de fechamento do dia anterior na Bolsa de Valores de São Paulo (R\$ 25,73). Por conta disto, tanto o Ministério Público de Contas (MPC) quanto o Ministério Público Estadual (MPE) decidiram apurar o assunto.

O MPE informou que pretende “investigar supostas irregularidades” praticadas pelo banco e pelo governo do Estado, pois a venda teria sido realizada por um “preço significativamente abaixo do mercado, com prejuízo de enorme monta ao patrimônio público”. Depois do MPE, foi a vez do Ministério Público Federal (MPF) pedir, no início de julho, que a Polícia Federal investigue as vendas de ações. O pedido foi feito após denúncia do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e da

Federação dos Trabalhadores em Instituições Financeiras do Estado (Fetrafi-RS), com o objetivo de averiguar se houve crime contra o mercado de capitais nas operações.

O próximo plano do governo Sartori é vender ações preferenciais da Banrisul Cartões, subsidiária do banco que opera a rede Vero. A intenção de abrir o capital foi anunciada em março, mas em junho a operação foi adiada sem nova data definida devido à falta de interessados. Em 2017 a empresa tinha 136 mil máquinas de captura de operações com cartões de crédito e débito e apurou lucro líquido de R\$ 222,1 milhões, com alta de 7,7% sobre 2016. No primeiro trimestre de 2018, teve lucro de R\$ 58,8 milhões, com alta de 19,5% em comparação com o mesmo período de 2017.

### ***Badesul***

#### *Disputa entre PMDB e PT ameaça Badesul*

O Badesul Desenvolvimento – Agência de Fomento/RS virou alvo de uma perigosa briga política entre o PT, que governou o Estado de 2011 a 2014, e o atual governo de José Ivo Sartori, do PMDB. A disputa gerou uma comissão de sindicância coordenada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), que no início de 2017 responsabilizou 23 pessoas por irregularidades em financiamentos para as empresas Wind Power Energia, Iesa Óleo e Gás e D'Itália Móveis em 2012 e 2013. Entre os responsabilizados estão o então diretor-presidente Marcelo Lopes e a então diretora de operações Lindamir Verbinski.

#### *Corte de funcionários e aumento salarial para os diretores*

Independentemente de quem tenha razão, a briga é uma ameaça à própria sobrevivência do Badesul, pois já provocou um corte de 21% no quadro de funcionários em dois anos e a redução dos financiamentos concedidos pela instituição. Em setembro de 2016, a agência chegou a ser descredenciada como repassadora de linhas de crédito de sua principal fonte de recursos, o BNDES, mas recuperou o credenciamento no mesmo ano, conforme o relatório de administração do exercício de 2017. A agência também opera com algumas linhas da Caixa Econômica Federal e da Finep, além de recursos próprios.

Mas, mesmo com os “ajustes” promovidos pela gestão atual, o que não caiu foi a remuneração dos 6 diretores – entre eles o presidente Paulo Odone (PPS) – e dos integrantes dos conselhos fiscal (3) e de administração (8). De acordo com a carta anual de governança de 2017, em 2018 eles devem receber R\$ 2,84 milhões entre salários, diárias e reembolsos, 7,5% a mais do que em 2016.

#### *Insuficiência de garantias para os empréstimos*

A comissão de sindicância foi constituída em 29 de setembro de 2016 e, em menos de 4 meses, até 20 de janeiro de 2017, ouviu 28 testemunhas e elaborou um relatório de 112 páginas onde aponta afrouxamento de regras bancárias, desmonte do comitê de crédito, insuficiência de garantias para as operações e falta de análises de riscos consistentes para aprovação dos empréstimos a três empresas, assim como pressões de dirigentes sobre servidores para acelerar a tramitação dos processos. Os empréstimos foram de R\$ 50 milhões para a Wind Power (do grupo argentino IMPSA), de R\$ 40 milhões para a Iesa (do grupo brasileiro Inepar) e de R\$ 10 milhões para a gaúcha D'Itália. Os valores totalizariam mais de R\$ 160 milhões em valores atualizados, mas as três empresas pediram recuperação judicial em 2014 (Wind Power e Iesa) e 2015 (D'Itália) e, até agora, não pagaram as dívidas. No caso da Iesa, como a controladora Inepar estaria impedida de tomar dinheiro no BNDES, o Badesul teria feito a operação com recursos próprios.

Quando apresentou o relatório, em março de 2017, a comissão prometeu mover ações de improbidade administrativa contra dirigentes à época dos problemas relatados. O sistema de consulta processual do Tribunal de Justiça, no entanto, não aponta nem Lopes nem Verbinski como réus em processos movidos pelo Estado, mas apenas em ações populares apresentadas pelo advogado Antônio Pani Beiriz.

Em entrevista ao jornal Sul21, em abril de 2017, Lopes classificou o relatório da comissão de sindicância como “absurdo” e disse que “não teve direito à ampla defesa”. Ele afirmou que uma auditoria do Banco Central, realizada em 2014, questionou as garantias apresentadas em apenas duas de 4.000 operações de crédito aprovadas de 2011 a 2014: a da Wind Power e a da Iesa.

*Para ex-presidente, atual governo quer privatizar ou fechar o Badesul*

Além disso, segundo o ex-dirigente, embora a Iesa tenha dado como garantia a planta industrial onde montaria aerogeradores em Charqueadas e a Wind Power, uma fiança de R\$ 125 milhões emitida pela IMPSA, o atual governo estadual não havia feito, até aquele momento, qualquer movimento para executar esses créditos. Ele nada falou, no entanto, sobre as alegadas pressões sobre servidores para apressar a tramitação de contratos.

Lopes também acusou o governo Sartori de suspender a capitalização do Badesul, que, segundo ele, deveria receber 30% dos recursos devolvidos pelas empresas beneficiadas pelo Fundopem (a agência presta serviço de gestão financeira dos fundos de desenvolvimento do governo estadual). Para ele, a falta de capitalização, a sindicância e o programa de demissões voluntárias dão “a impressão que o objetivo é privatizar ou fechar o banco”, como foi feito com as fundações estaduais. No relatório de administração referente ao exercício de 2017, a então presidente Susana Kakuta informou que o Programa Especial de Desligamento Incentivado (PEDI) reduziu em 17% as despesas com pessoal naquele ano em comparação com 2016. Conforme a carta anual de governança, a agência encerrou 2017 com 144 servidores, contra 182 no fim de 2015, o que significa um corte de 38 pessoas (21%) em dois anos.

Em fevereiro de 2018, Kakuta assumiu a Secretaria de Minas e Energia do Estado, e foi substituída na presidência executiva do Badesul por Paulo Odone. No relatório de administração de 2017, entretanto, ela ainda criticou a gestão anterior, “especialmente em 2012 e 2013”. Ela citou como principais problemas a “alta alavancagem da instituição”, a “concentração de valor de operações em poucos clientes”, a “redução do *spread*”, a “potencial e depois efetiva entrada em recuperação judicial de projetos relevantes” e o “volume de operações de capital de giro com recursos próprios ou de terceiros”.

Ela também listou medidas de ajuste adotadas desde 2015 que incluíram, além do programa de demissões voluntárias, o fim da liberação de crédito apenas para capital de giro, a limitação dos desembolsos totais a R\$ 750 milhões (em 2015), a recomposição do comitê de crédito e a redução da inadimplência. Comemorou,

ainda, o lucro de R\$ 14 milhões obtido em 2017 (ante o prejuízo de R\$ 66,733 milhões em 2016) e destacou que a “reestruturação” levou o BNDES a restabelecer o repasse de linhas de crédito ao Badesul ainda em 2017. Mas é preciso cautela em relação a essas afirmações.

#### *Liberação de financiamentos mais que triplica em dois anos*

De fato, conforme os balanços anuais da agência, o volume de desembolsos deu saltos de 101% de 2011 para 2012 (de R\$ 496,448 milhões para R\$ 998,099 milhões) e de mais 62% em 2013 (para R\$ 1,614 bilhão). Ou seja, de 2011 a 2013 o volume de liberação de financiamentos mais do que triplicou, enquanto o PIB do Estado caiu 2,1% em 2012 e cresceu 8,5% em 2013 (graças à recuperação da agricultura após a estiagem do ano anterior), de acordo com a extinta FEE. Com isso, o estoque total de crédito da agência cresceu 105% em dois anos, de R\$ 1,684 bilhão em 2011 para R\$ 3,447 bilhões em 2013, mas o nível de provisões para créditos de liquidação duvidosa recuou de 3,2% para 2,6% da carteira no período. A baixa relativa nas provisões denota falta de cautela e pode ter sido uma manobra contábil para ajudar a reverter a queda no lucro, que de 2011 para 2012 havia recuado de R\$ 77,593 milhões para R\$ 11,232 milhões, mas cresceu para R\$ 61,208 milhões em 2013. Tanto é assim que, no fim de 2014, após o impacto dos pedidos de recuperação judicial da Wind Power e da Iesa/Inepar, a carteira de crédito ficou praticamente estável em relação ao ano anterior, em R\$ 3,6 bilhões, mas o nível de provisões mais que dobrou, para 6%, e o lucro líquido despencou para R\$ 1,072 milhão. O processo manteve-se em 2015 e 2016, já sob o governo Sartori, com redução da carteira, aumento das provisões e crescimento do prejuízo (R\$ 29,900 milhões em 2015 e R\$ 66,733 milhões em 2016).

#### *Acusações contraditórias*

Pelo menos duas afirmações de Kakuta a respeito da gestão anterior – sobre a redução dos *spreads* e sobre a concentração das operações em poucos clientes – não se sustentam diante dos números divulgados pelo próprio Badesul. O *spread* médio, segundo a carta anual de governança de 2017, foi de 3,22% em 2012 e 2,95% em 2013, acima dos 2,85% de 2017. A taxa de 2012 foi, inclusive, a mais alta desde 2011, quando era de 3,15%. Quanto à concentração dos créditos em poucos

clientes, o que se percebe na verdade é a redução da participação dos onze maiores tomadores sobre a carteira total de 2011 a 2015 e, depois, um crescimento em 2016 e 2017, na gestão da própria Kakuta. Em 2011, por exemplo, os onze maiores clientes responderam por 20,1% da carteira, ante 24,63% no ano anterior, ainda na gestão Yeda Crusius (PSDB). A participação caiu ano a ano até 16,27% em 2014 (último ano do governo petista), manteve-se em queda para 13,82% em 2015, já no governo Sartori, mas avançou para 13,98% em 2016 e para 15,04% em 2017.

A classificação das carteiras de crédito por níveis de risco também era melhor no período 2012-2013 – principal alvo das críticas da atual administração do Badesul – do que em 2017. É bom lembrar que a própria instituição financeira é a responsável pela classificação, embora com base em critérios “consistentes e verificáveis”, conforme o Banco Central. Mesmo assim, em 2012-2013 cerca de 90% dos créditos tinham as melhores avaliações (AA, A e B), menos do que os 94% de 2011, mas bem mais do que os 78% de 2017.

#### *Prioridades e compromissos*

- Ruptura com sistema da dívida – suspensão e auditoria da dívida pública com a União. O Rio Grande do Sul já pagou a dívida!
- Recusa do Regime de Recuperação Fiscal imposto pela União, que só transfere o problema para o futuro.
- Lutar contra a Lei Kandir – envolvimento pessoal do governador na luta política pelo fim dessa lei, que prejudica as contas do Estado e primariza a economia.
- Incentivos, isenções e desonerações fiscais apenas para pequenos produtores e pequenos empresários que comprovadamente gerem empregos – nenhum centavo para aqueles que só se locupletam com dinheiro público!
- Divulgação dos devedores não cobertos por sigilo fiscal e luta para retirar o sigilo fiscal daqueles beneficiados por ele.
- Auditoria estratégica que revele quanto o Estado deixou de arrecadar por desonerações, quais empresas foram beneficiadas e quantos empregos foram gerados.
- Cobrança ativa dos grandes devedores do Estado, em especial do ICMS.
- Simplificar os procedimentos de cobrança a partir das sugestões dos próprios servidores da Sefaz, facilitando a busca dos devedores da dívida ativa.
- Suspender a possibilidade de grandes devedores do Estado fecharem contratos com o Poder Público enquanto mantiverem dívida ativa.
- Criar mecanismos permanentes de combate à sonegação, com

fiscalização ostensiva.

- Valorização e autonomia dos servidores da Administração Tributária como forma de aprimorar o combate à sonegação fiscal, com contratação de mais profissionais.
- Utilizar os bancos públicos para o papel que é de sua natureza: induzir o crescimento econômico do Rio Grande do Sul.
- Foco do Banrisul nos clientes e nas necessidades de desenvolvimento do Estado e não dos acionistas privados.
- Prioridade de crédito para os pequenos produtores e empresários que comprovadamente gerem empregos para os gaúchos, com juros abaixo dos de mercado.
- Política comercial do Banrisul mais agressiva, com maior oferta de crédito e taxas mais baixas para alguns setores, sem descuidar do controle sobre a capacidade de pagamento dos tomadores.
- Banco sob controle público: suspensão da lógica de venda dos bancos públicos gaúchos, impedindo novas vendas de ações tanto do Banrisul quanto de suas subsidiárias.
- Colaboração irrestrita com MPC, MPF e MP estadual na investigação das vendas de ações do Banrisul realizadas por governos anteriores.
- Rigor na apuração das ações prévias do Badesul.
- Indicações técnicas para o Badesul, que levem o banco a realizar sua função de fomentar a economia do Estado, com prioridade para pequenas empresas.
- Corte de pelo menos 50% dos cargos em comissão (CCs).
- Indicações técnicas para secretarias, valorizando os servidores de carreira e a inteligência do Estado.



## ESTATAIS E FUNDAÇÕES

O Estado do Rio Grande do Sul sempre foi reconhecido nacionalmente pela capacidade de suas estatais e de suas fundações de gerar resultados e prestar excelentes serviços à população gaúcha. Entretanto, como parte do avanço do programa neoliberal para o país, perpetrado pelos governos do PMDB de Temer e de Sartori, são feitas pressões pelo fechamento das fundações e privatização das empresas.

Entregar o patrimônio dos gaúchos e das gaúchas em troca de serviços caros de péssima qualidade – como fez Antônio Britto (PMDB) ao privatizar a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e abrir o mercado às empresas privadas de telecomunicações – não é solução. Acreditamos que a soberania do nosso povo só poderá ser atingida se ele tomar a política e a economia em suas mãos. Em setores estratégicos, como os setores em que se inserem nossas estatais e fundações, isso é ainda mais verdadeiro. O governo do PSOL não aceitará as manobras que o governo federal tenta nos impor para assinar um regime de recuperação fiscal que não atende aos interesses da população. Nos colocamos terminantemente contra as privatizações e extinções de Sartori.

### ESTATAIS

A maioria das estatais gaúchas se inserem no setor de energia, estratégico para o desenvolvimento do Estado. São reconhecidas pelos serviços que prestam e ocupam posições de destaque entre as grandes empresas brasileiras.

#### **Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)**

O grupo CEEE atua no setor elétrico nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia e serviços relacionados. Possui duas operações no Estado do Rio Grande do Sul e gerencia seus negócios diretamente ou através da participação de outras sociedades de capital intensivo e tecnologia de ponta. O grupo foi reestruturado em 2006, a partir da antiga CEEE, como *holding* (Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações/CEEE-Par) de duas empresas subsidiárias, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de

Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D).

O grupo CEEE é responsável por aproximadamente 18% da energia elétrica gerada no Estado. Possui 7 mil quilômetros de transmissão de energia gerada no Rio Grande do Sul e distribui energia elétrica para 34% do mercado gaúcho, por meio de 72,1 mil quilômetros de redes urbanas e rurais. A CEEE-D atende 72 municípios das regiões Metropolitana, Sul e Campanha, além do Litoral Norte, fornecendo energia a 4,8 milhões de gaúchos, equivalente a 1,6 milhão de unidades consumidoras. A CEEE tem a menor tarifa do Estado, 20% mais barata que a RGE e AES Sul. A CEEE-D tem 2.504 funcionários ativos e a CEEE-GT, 1.181.

A empresa tem se destacado entre as melhores do país. No Ranking Estadão Empresas Mais, está entre as 1500 maiores companhias brasileiras, aparecendo na 178ª posição. O prêmio 500 Maiores do Sul da revista Amanhã mostra que o Grupo CEEE ocupou o 8º lugar no ranking estadual, subindo quatro posições em relação ao ano anterior e, no ranking da Região Sul, subiu da 26ª posição para a 12ª. Foi a terceira empresa pública gaúcha mais lembrada e preferida pelo público em Marcas de Quem Decide 2017.

O grupo está, ainda, entre os maiores recolhedores de ICMS no Estado, tendo arrecadado R\$ 1,7 bilhões para o governo estadual em 2017. O valor total investido em 2017 foi de R\$ 211 milhões. Para 2018, o investimento projetado é de R\$ 361,5 milhões. Um levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que, no setor elétrico brasileiro, além da Eletrobrás, somente três grupos com capital majoritariamente nacional aparecem entre os maiores do país, e eles são de capital predominantemente estatal: a nossa CEEE, a Cemig (MG) e a Copel (PR).

Consolidando a tendência de recuperação da companhia, o resultado financeiro das empresas do grupo CEEE em 2017 foi positivo, apresentando lucro líquido na CEEE-GT e redução de 83% no prejuízo na CEEE-D. Na CEEE-GT, o lucro líquido foi de R\$ 395 milhões. O Ebitda alcançou R\$ 367,7 milhões. A CEEE-D reduziu o prejuízo líquido para R\$ 87,5 milhões, frente aos R\$ 527,1 milhões registrados em 2016.

Outro resultado comemorado foi o alcance do Ebitda regulatório. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu esse indicador como condicionante à manutenção da concessão das distribuidoras: entre 2016 e 2020, as empresas não podem apresentar dois resultados negativos consecutivos. A CEEE-D atingiu, em 2017, resultado positivo em R\$ 138,8 milhões, 119% acima do registrado no ano anterior.

Na Satisfação do Consumidor a CEEE-D, em 2017, obteve o índice de 69,33% no IASC (Índice Aneel de Satisfação do Cliente), representando uma redução de 2,03% em comparação ao resultado de 2016, que foi de 70,76%. Enquanto a AES SUL e a RGE caíram de posições no indicador de Desempenho Global de Continuidade, a CEEE-D melhorou o indicador e subiu no ranking de 2011 a 2015. Ou seja, os serviços da CEEE-D vêm melhorando ao longo dos anos. O desempenho é melhor que o das empresas privadas do setor elétrico. Enquanto a CEEE atende os consumidores de forma imparcial (sem privilegiar os que pagam mais), potencializando o desenvolvimento do Estado, empresas privadas não primam por esse objetivo. O controle do setor elétrico pelo governo é estratégico para regular os preços das tarifas e para atrair empresas e investimentos no Estado com oferta de energia mais barata.

Os recursos para as despesas da CEEE não vêm dos impostos, pois a CEEE gera sua própria receita. A CEEE nunca usa o caixa único. Ao contrário, é o governo que gira com os recursos da empresa para a realização do pagamento do custeio do Estado. Os lucros gerados pela CEEE são reinvestidos na própria empresa ou entregues para o Estado utilizá-los. Ou seja, o dinheiro fica no Rio Grande do Sul, potencializando sua economia.

#### *Privatização não é a solução*

Com a privatização, todo o serviço de transmissão e distribuição de energia será monopolizado no Estado do Rio Grande do Sul, o que representa maior tarifa e custo para a população. Quando as estatais são privatizadas, perdem-se todo o patrimônio e os benefícios para economia do Estado. O dinheiro de venda desaparece rapidamente no pagamento de despesas imediatas. Esse foi o caso no Estado: privatizou parte da CEEE na década de 90 e torrou os recursos gerados.

Mesmo vendendo a CEEE, o Estado continuará com uma série de obrigações e passivos hoje suportados pela companhia. São quase 900 milhões de reais somente com ex-autárquicos.

### **Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás)**

A Sulgás cuida da comercialização e distribuição de gás natural no Estado. Criada em 1993, é uma sociedade de economia mista, sendo acionistas o Estado do Rio Grande do Sul e a Petrobrás Gás S/A (Gaspetro).

O governo Sartori deseja privatizar a companhia e aponta, como motivo, o lucro insuficiente da empresa. Um argumento que não se sustenta, pois a empresa teve lucro de R\$ 72,2 milhões em 2017, com uma receita líquida de R\$ 542,1 milhões. Com 137 funcionários ativos, a rede de distribuição triplicou desde 2003. Sua malha cresceu para 1.112,63 quilômetros de redes de distribuição de gás. Sua carteira de clientes dobrou de 2015 até hoje. A Sulgás atende hoje 41 municípios, com 45.966 clientes: 44.789 residências, 133 indústrias, 933 estabelecimentos comerciais e 85 postos de combustíveis, sendo mais uma opção aos parques industriais. O número de clientes só vem aumentando, o que mostra um grande potencial de expansão, gerando desenvolvimento industrial e o ingresso de mais receitas para o Estado. A direção da empresa projeta para 2018 o incremento de, aproximadamente, mais 50 km de rede canalizada. No primeiro quadrimestre, já foram lançados quase 15 km de dutos. A comparação entre os quatro primeiros meses de 2018 e o mesmo período do ano anterior aponta um aumento de 18% no volume médio de gás natural comercializado pela Sulgás.

A Sulgás foi eleita a empresa mais rentável do Brasil no setor de Petróleo e Gás pela revista Valor Econômico 2016, e a 2ª estatal mais rentável do Brasil pela revista Exame/2016. Também é a 3ª empresa que mais investe em ampliação de redes de distribuição do país. No ranking de 2017 das 300 melhores empresas do país da revista Época Negócios, ficou em 1º lugar em desempenho financeiro entre as empresas de energia do país.

A Sulgás consegue obter esses resultados e, ainda assim, comercializa gás com preços menores que as empresas privadas de distribuição no país. O lucro

líquido da Sulgás em 2015 foi de 69 milhões de reais, enquanto o investimento realizado foi de 41 milhões. A Sulgás investe com capital próprio obtido da receita gerada pela venda do gás natural, não necessitando de aporte do governo. Possui recursos para investir em novas redes de distribuição de gás para atender o mercado. Atualmente, a Sulgás possui grande espaço nos dutos de alimentação para poder distribuir mais gás se o mercado demandar. Além disso, tem recursos do BNDES disponíveis a qualquer momento, com valores em torno de 227 milhões de reais. Nos últimos sete anos, a Sulgás apresentou lucro de R\$ 518,25 milhões. Nos últimos treze anos, gerou R\$ 413,69 milhões em dividendos para o Estado.

### **Companhia Riograndense de Mineração (CRM)**

A CRM, empresa de economia mista controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, é detentora de um potencial de três bilhões de toneladas de carvão. Suas unidades mineiras em atividade estão situadas nos municípios de Minas do Leão e Candiota, com exploração a céu aberto.

Embora a produção das termelétricas a carvão represente aproximadamente 1,5% do sistema elétrico nacional, o carvão mineral constitui-se numa alternativa técnica e economicamente viável. Além de contribuir com o desenvolvimento do Estado através da produção de energia elétrica, a CRM também exerce um papel social importante, com a geração de emprego e renda nas regiões em que atua. Na área ambiental, a companhia investe constantemente em pesquisas e novas tecnologias, assim como na recuperação total das áreas mineradas, buscando tornar a energia a carvão uma atividade cada vez mais sustentável.

O Rio Grande do Sul tem 90% das reservas de carvão mineral do Brasil. A CRM minera 3,5 milhões de toneladas/ano em duas áreas em Minas do Leão e Candiota. A maior parte da produção destina-se à Usina Termelétrica, em Candiota, para produção de energia.

A empresa tem 415 funcionários ativos. Apesar de ser controlada pelo governo, não necessita usar recursos do Estado, pois gera lucro com sua própria arrecadação. Atualmente a renda mensal bruta da unidade em Candiota é de R\$ 12,5

milhões. A receita líquida de 2017 foi de R\$ 101 milhões. A CRM gerou lucro líquido para o estado de R\$ 13 milhões em 2015 e de R\$ 26 milhões em 2014.

### **Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR)**

A Empresa Gaúcha de Rodovias foi criada para assumir as praças de pedágio e o cuidado de rodovias estaduais que antes estavam sob tutela de empresas privadas. Consideramos que os pedágios não são a melhor forma de financiamento do cuidado das estradas, mas entendemos que, no momento, não podem ser evitados. Mas não defendemos a exploração econômica desse setor pela iniciativa privada. Dessa forma, a EGR presta um serviço necessário à população, garantindo a gestão pública do cuidado das estradas. Entretanto, sabemos que esse serviço poderia ser melhor e mais completo, com o provimento, por exemplo, de melhores serviços de ambulância e atendimento pré-hospitalar.

### **FUNDAÇÕES**

A proposta de extinção de várias fundações estaduais do Rio Grande do Sul foi símbolo da orientação política do governo de acabar com o serviço público, utilizando-se de justificativas fantasiosas para isso. Essas fundações prestavam importantes serviços ao Estado, como a FEE, que agora precisam ser contratados. Especificamente no caso da FEE, no mesmo dia em que Sartori assinou o decreto que extinguiu a fundação, acertou a contratação da Fipe, empresa privada de São Paulo, para fazer o mesmo trabalho que a FEE fazia. A FEE realizava o trabalho ao custo de R\$ 1,8 milhão anuais, enquanto o contrato com a Fipe significará um custo de R\$ 3,3 milhões anuais.

Segundo o Ministério Público, não há estudos técnicos específicos e sérios que fundamentem a justificativa do governo de que as extinções das fundações estaduais atendem ao cumprimento de metas de controle de despesas.

Segundo o governo, as fundações representam um custo de cerca de R\$ 168 milhões para os cofres do Estado. Além dos serviços prestados à comunidade, esse valor representa menos de 2% do valor que o Governo Sartori deixa de arrecadar com as isenções fiscais concedidas a empresas.

O governo ainda põe a população contra os servidores das fundações afirmando que eles são os responsáveis pelo déficit financeiro do Estado. Alega que, com as demissões, o Estado poderá garantir a prestação de serviços na saúde, educação e segurança.

Diversas ações foram impetradas no Poder Judiciário por órgãos como o Ministério Público de Contas e o Ministério Público Federal para paralisar a extinção das fundações. A maior parte delas ordenou a paralisação dos processos de extinção em decisão liminar e aguarda julgamento definitivo.

Nossa candidatura defende a manutenção das fundações estaduais, que prestavam importantes serviços aos gaúchos a baixos custos. Somadas, as fundações públicas, a Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) e a Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (Corag) têm 1.372 funcionários.

### **Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec)**

A Cientec atua na prestação de serviços tecnológicos para empresas públicas e privadas, órgãos públicos, associações, entidades e pessoas físicas, através da realização de ensaios, calibrações, consultorias, inspeções, pesquisa, desenvolvimento, extensão e informação tecnológica. Possui incubadoras em diversas áreas, visando o desenvolvimento de produtos e processos em tecnologia de novas empresas. Através de projetos de pesquisa e desenvolvimento, estuda e cria novos processos ou produtos que sejam de interesse da sociedade, da indústria local, ou que sejam estratégicos para o País. Sua sede será transferida para o Estado.

- 230 empregados
- 39 aderiram ao PDV
- 114 com estabilidade
- 65 amparados por liminar
- Nenhum desligamento até o momento

### **Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)**

A FDRH possui importante atuação na formação de gestores públicos estaduais e municipais. Também é responsável por realizar concursos públicos e treinamento de funcionários, além de administrar os contratos de estágio. Por meio da Rede Escola de Governo, oferece um Sistema Integrado de Formação Continuada

na Administração Pública. Em 10 anos, capacitou 45 mil trabalhadores e trabalhadoras em todo o RS. Atualmente administra 8 mil contratos de estágio. O custo da FDRH representa 0,02% do orçamento estadual. A sede foi negociada com o grupo Zaffari em troca da construção de um presídio com 416 vagas.

- 81 empregados
- 11 aderiram ao PDV
- 14 com estabilidade
- 47 amparados por liminar
- 6 desligados até o momento

### **Fundação de Economia e Estatística (FEE)**

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), com 43 anos de história, é responsável pela produção do maior acervo de dados e estudos socioeconômicos do Rio Grande do Sul. Esse acesso é público, gratuito e serve, principalmente, para planejar políticas públicas para o desenvolvimento do Estado. A FEE divulga 25 indicadores e oito publicações com séries históricas, metodologia e qualidade editorial. Atualmente, a FEE conta, em seu quadro funcional, com 36 doutores e 93 mestres em diversas áreas de conhecimento. Sua sede será transferida para o Estado.

- 150 empregados
- 5 aderiram ao PDV
- 47 com estabilidade
- 96 amparados por liminar
- 2 desligados até o momento

### **Fundação Zoobotânica**

A Fundação Zoobotânica (FZB) tampouco pode ser extinta. Isso implicaria na concessão do Zoológico de Sapucaia do Sul à iniciativa privada, prejuízo aos trabalhos do Jardim Botânico e do Museu de Ciências Naturais e a uma série de pesquisas desenvolvidas pelo corpo técnico. A coleção de serpentes abrigada pela fundação é responsável por grande parte do material fornecido para produção de soro antiofídico no Brasil. Em 2015 foram extraídos 16,8 gramas de veneno de serpentes. A quantidade é suficiente para a confecção de 33 mil ampolas do medicamento, e pode salvar a vida de quatro mil pessoas envenenadas. A FZB é a



única instituição do sul do Brasil fornecedora de veneno para a produção de soro antiofídico e para prospecção de princípios ativos com potencial medicinal.

Até o momento, o Jardim Botânico e o Museu de Ciências Naturais seguirão sob os cuidados do Estado, mas sob administração da Secretaria do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. O zoológico de Sapucaia do Sul será concedido à iniciativa privada pelo prazo de 30 anos. Além de manter um número mínimo de animais e os recintos adequados, a empresa poderá explorar a área por meio de cobrança de estacionamento e oferta de atividades de lazer relacionadas ao ecoturismo.

- 199 empregados
- 26 aderiram ao PDV
- 47 com estabilidade
- 108 amparados por liminar
- 6 desligados até o momento

### **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan)**

A Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) é responsável pela elaboração e coordenação de planos, programas e projetos do desenvolvimento regional e urbano do Estado. Gerencia o Sistema Estadual de Transporte de Coletivo de Passageiros. A Metroplan administra o Passe Livre Estudantil, que beneficia 12 mil estudantes de baixa renda em todo Estado. Além disso, a fiscalização dos transportes intermunicipais feita pela Metroplan arrecada 10 milhões de reais para o Estado, evita a sonegação e regula os transportes intermunicipais. A Metroplan também é responsável pelo planejamento do Sistema Hidroviário de Passageiros. O deputado Pedro Ruas, aprovou neste ano na Assembleia Legislativa, projeto que cria e incentiva o Transporte Hidroviário de Passageiros em todo o Estado. A sede era alugada e foi devolvida ao proprietário.

- 115 empregados
- 4 aderiram ao PDV
- 20 com estabilidade
- 11 amparados por liminar
- 2 desligados até o momento

### **Fundação Piratini – TVE e FM Cultura**

A Fundação Piratini abriga a TVE e a Rádio FM Cultura, que são imprescindíveis para a comunicação pública e cultura do Rio Grande do Sul. Com um orçamento anual de R\$ 28 milhões, que equivale a 0,08% do total do orçamento do Estado, esses veículos de comunicação ajudam a fomentar uma economia criativa que movimenta R\$ 11,7 bilhões anuais. A TVE é uma incentivadora na difusão da capacidade criativa dos melhores valores da nossa cidadania, tem um alcance para 6,5 milhões de pessoas a um custo anual de cerca de R\$ 3,00 (três reais) para cada gaúcho. As instalações no Morro Santa Tereza, que pertencem à União, são locadas via permuta de conteúdo para a EBC e serão devolvidas.

- 249 empregados
- 25 aderiram ao PDV
- 31 com estabilidade
- 142 amparados por liminar
- 34 desligados até o momento

### **Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (Corag)**

A Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas (Corag), além da atribuição de publicar o Diário Oficial do Estado, realiza ainda atividades ligadas à indústria gráfica, como impressão de documentos, provas de concursos, livros, material publicitário, cartões de visitas etc. Dentre os produtos de destaque no portfólio da empresa se encontram a Nota Fiscal do Produtor Rural e os documentos CRV e CRLV para o Detran/RS. A CORAG possui, ainda, um projeto pioneiro de gerenciamento eletrônico de documentos (GED). A CORAG é um órgão público superavitário. Em 2015, por exemplo, a empresa enviou ao Governo do Estado cerca de R\$ 11 milhões. Sua sede passará para a gestão patrimonial da Secretaria da Modernização.

- 189 empregados
- Nenhum aderiu ao PDV
- Nenhum com estabilidade
- Nenhum amparado por liminar
- 129 desligados até o momento

### **Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH)**

A Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) é responsável pela administração de portos, com suas instalações, hidrovias e sinalização náutica. O

sistema hidroviário é de importância estratégica para o Estado, pelo potencial das vias navegáveis interiores na redução de custos e economia de combustível no transporte de cargas, especialmente de cargas de grande volume unitário, em distâncias compatíveis com a modalidade hidroviária. Acrescente-se a isso a consequente redução do tráfego rodoviário, reduzindo o número de acidentes e o custo de manutenção nas rodovias estaduais. A sede será revitalizada no projeto do Cais Mauá. Como contrapartida, será construído outro prédio para abrigar a administração do porto da Capital.

- 159 empregados
- Nenhum aderiu ao PDV
- 53 com estabilidade
- 106 amparados por liminar
- Nenhum desligado até o momento

### **Fundação de Pesquisa Agropecuária (Fepagro)**

A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro) conta com dezenas de pesquisadores que atuam nas áreas de Sistemas de Produção Vegetal, Sistemas de Produção Animal, Recursos Naturais Renováveis e Clima e Sistemas Integrados. Desenvolve atividades de pesquisa e experimentação relacionadas, direta ou indiretamente, com a agricultura, pecuária, agroindústria e recursos naturais renováveis. Em 2015, a Fepagro gerou uma receita direta de R\$ 5,7 milhões com a venda de resíduos de pesquisa e com a prestação de serviços. Os pesquisadores destacam também os recursos obtidos por meio de convênios e editais com agências de fomento. Boa parte dos funcionários da área administrativa foi remanejada para funções na Secretaria da Agricultura.

### **Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)**

A Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS) desempenha um papel importante para a saúde gaúcha e gera receitas para o Estado. Entre as áreas que a FEPPS gerencia estão o Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul, que atende 50 hospitais conveniados e pacientes hemofílicos de Porto Alegre, Região Metropolitana e Interior, além do Centro de Atendimento para Casos de Intoxicação, entre outros tipos de análises de patologias, testes de paternidade e outros serviços.

Entre as atividades da FEPPS está o gerenciamento do Laboratório Central de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, envolvido na vigilância sanitária do Rio Grande do Sul. O LACEN já foi responsável por mais de 200 mil análises de água anuais como parte desse trabalho.

### **Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF)**

A FIGTF realiza pesquisas e divulgação da cultura popular, assim como incentiva o estudo do folclore, prestando assessoria e serviços especializados e apoiando o Movimento Tradicionalista Gaúcho. Para realizar esse trabalho, a FIGTF dispõe em sua estrutura de uma Biblioteca e Hemeroteca, que reúne inúmeros títulos dedicados à dança, costumes, folclore, vestimentas, música, etnias e informações sobre artistas e escritores vinculados à cultura gaúcha. O Museu do Som Regional disponibiliza um acervo de LPs, CDs, fitas e filmes, que contam a história da nossa música regional e diversos trabalhos de pesquisas e técnicas elaboradas sobre os usos e costumes do gaúcho.

#### *Prioridades e compromissos*

- Cancelamento de todo e qualquer processo com vistas à privatização de estatais e extinção de fundações – não venderemos o patrimônio do povo gaúcho!
- Reativação das fundações extintas pelo governo Sartori.
- Cancelamento dos contratos com empresas privadas para prestar os serviços que as fundações já prestavam a custos mais baixos.
- Manter a recuperação do grupo CEEE, inclusive revisando as concessões para RGE e RGE Sul a partir de uma ótica que traga justiça e equilíbrio na divisão dos territórios atendidos.
- Demonstrar ao povo gaúcho a capacidade de geração de desenvolvimento da Sulgás e sua situação de empresa superavitária.
- Fortalecer a CRM como promotora do desenvolvimento do Estado.
- Manutenção dos cuidados das estradas pela EGR, passando, inclusive, estradas pedagiadas sob cuidado de empresas privadas para os cuidados da estatal.
- Indicações técnicas para direção de estatais e fundações, valorizando os servidores de carreira e a inteligência do Estado.

## SEGURANÇA PÚBLICA

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo. Conforme dados do Atlas da Violência 2018, no ano de 2016 atingimos a trágica cifra de 62.517 homicídios, o que significou um aumento de 14% em relação ao ano de 2005 e de 5% em relação a 2015. A maior taxa de homicídios para 100 mil habitantes é de 64,7, do Estado de Sergipe, enquanto a menor taxa é de 10,9, do Estado de São Paulo.

Outros dois aspectos contribuem e aprofundam o drama social vivenciado no país. O primeiro refere-se ao fato de que mais da metade dos homicídios são de homens jovens, totalizando 33.590 vítimas, somente no ano de 2016, o que corresponde a taxa de 65,5 por 100 mil habitantes; e o segundo, ao impacto produzido pela desigualdade racial, uma vez que a taxa de homicídio entre homens negros atingiu 40,2, enquanto a taxa de homicídio de não negros atingiu 16,0 para cada 100 mil habitantes. Ainda, entre 2006 a 2016, a taxa de homicídio de negros cresceu 23,1%, e a taxa entre não negros teve uma redução de 6,8%.

O Estado do Rio Grande do Sul, embora encontre-se numa faixa intermediária no que tange às taxas nacionais de homicídios por 100 mil habitantes, atingiu um patamar preocupante no ano de 2016, que corresponde à taxa de 28,6 homicídios para cada 100 mil habitantes. Soma-se a isso o fato de o Estado ter sido alçado ao segundo lugar em chacinas no país, perdendo somente para o Estado do Rio de Janeiro.

Os breves dados expostos demonstram que qualquer programa político democrático ao Governo do Estado que se pretende sério e comprometido deve apresentar como eixo central um conjunto de políticas públicas na área da segurança e combate à criminalidade, que tenha como núcleo estratégias de repressão qualificada e prevenção ao crime voltadas para a redução dos homicídios. Como qualquer política pública o desafio é implantar, consolidar, produzir resultados e, desenvolver mecanismos de monitoramento e avaliação. Para tanto se fazem necessárias algumas tarefas primordiais e urgentes:

- 1) Elaborar diagnóstico sobre a violência no Estado do RS e, a partir dele, propor um Plano Estadual de Segurança Pública. A prioridade deve ser o combate aos crimes violentos letais intencionais, e a meta inicial deve ser a redução da taxa

destes crimes em 8% ao ano, no Rio Grande do Sul. O Plano será elaborado a partir da sistematização dos debates que devem ocorrer no interior de um fórum, que contará com a participação das instituições que integram a Secretaria de Segurança Pública do estado, os órgãos gestores como Secretaria do Trabalho, Educação, Saúde, os gestores municipais, bem como organizações da sociedade civil e universidades. Os conteúdos e programas devem abranger diferentes linhas de ação, tais como: a) repressão qualificada; b) aperfeiçoamento e investimento institucional; c) informação e gestão do conhecimento; d) formação e capacitação continuada; e) prevenção social ao crime e à violência; f) política prisional estadual com ênfase no desencarceramento e humanização; e g) mecanismos de gestão democrática.

2) O Gabinete de Gestão Integrada (GGI), deve ser o mecanismo de monitoramento da política pública de segurança do estado do Rio Grande do Sul, contando com a coordenação política direta do Governador do Estado e com a coordenação técnica do Secretário da Fazenda. Somente um organismo com essa envergadura poderá fazer com que todas as áreas de Governo se integrem e responsabilizem com as políticas públicas de segurança, assim como terá legitimidade e força para promover a integração das polícias.

3) Promover operações integradas entre as polícias civil e militar voltadas para desarticular grupos de extermínio e grupos criminosos considerados responsáveis pelo número relevante de homicídios no estado. A atuação racionalizada e técnicas das polícias exige também a integração da base de dados e a periódica publicização dos dados na área da segurança pública e criminalidade.

4) Otimizar o funcionamento da Academia Integrada da Segurança Pública para fins de capacitação e integração dos servidores das polícias, da SUSEPE e do Instituto Geral de Perícias. Organizar um processo de formação continuada de maneira que nenhum policial fique mais de um ano sem uma reciclagem, contando com apresentação de conteúdo de gênero, sexualidade e raça para tratamento de vítimas e demais atores no sistema de segurança.

5) Coibir a violência policial apostando na independência das Corregedorias, hoje absolutamente corporativas e, na criação de Ouvidorias autônomas e independentes para cada instituição da esfera da segurança pública.

6) Articular as políticas públicas de segurança com as agências do Sistema de Justiça Criminal: Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Sistema Penitenciário.

7) Priorizar a implementação de projetos de polícia de proximidade, valorizando a relação da instituição com a comunidade, a prevenção a delitos urbanos e acompanhamento de medidas protetivas a mulheres. O plano visa ao acolhimento de pessoas comumente revitimizadas pelo sistema, como mulheres, LGBTQs e negros e negras. A relação de proximidade da polícia com a sociedade reduz os índices criminais. Esta questão é atestada por várias pesquisas realizadas no mundo inteiro.

8) Apoio às iniciativas populares de Segurança. A população de forma espontânea cria maneiras de se proteger. É dever do Governo do Estado apoiar estas iniciativas tanto do ponto de vista financeiro quanto humano.

9) Apoio à saúde emocional do agente de Segurança Pública. A atividade policial e prisional estão dentre as profissões mais estressantes do mundo. Via de regra, as corporações não apoiam seus membros nestas questões. Um policial que se

envolve em ações com morte (às vezes de colegas), no outro dia já está nas ruas. Problemas conjugais, vício em drogas lícitas e ilícitas e alcoolismo são comuns dentre os servidores da Segurança. É dever do Estado zelar pela saúde emocional desses servidores, criando um serviço especializado de atendimento nos moldes do existente em Palmas, no Tocantins.

10) Promover um amplo debate com toda a sociedade sobre a questão das drogas. Hoje, no Brasil, a maioria dos internos do sistema prisional é oriundo do tráfico de drogas. Não há mais dúvidas de que a “Guerra às Drogas” fracassou no mundo todo. Países como EUA, Canadá e Uruguai estão tentando experiências novas nesta questão. O Rio Grande do Sul pode e deve liderar um debate nacional sobre estas e outras experiências.

11) Promover a integração dos municípios para a implementação de políticas públicas de prevenção e combate à violência e à criminalidade. Trabalhar em conjunto com os municípios para a implementação de políticas públicas é de suma importância para a redução dos índices de violência e criminalidade.

12) Não obstante nos últimos três anos a taxa de encarceramento no estado tenha crescido em 28,9%, superando o patamar dos 39 mil presos, a criminalidade violenta seguiu crescendo exponencialmente e as organizações criminosas se fortaleceram tanto no interior dos estabelecimentos prisionais como em diversos territórios. Nesse sentido, o Governo do Estado deve propor uma Política Penitenciária Estadual, sustentada no pacto entre atores do sistema de segurança pública e da justiça criminal, que tenha como foco central medidas de desencarceramento e humanização do sistema prisional estadual. Para tanto, se faz necessário apostar na redução das prisões provisórias, ampliar o alcance das audiências de custódia para todas as comarcas do estado, incentivar a aplicação das alternativas penais não privativas de liberdade, promover o acesso à justiça, via Defensoria Pública e promover o amplo debate acerca da política nacional de drogas. Além disso, importa valorizar a implementação que ocorreu nos últimos anos de galeria para abrigar travestis e pessoas transexuais na Cadeia Pública de Porto Alegre. Tal medida tem permitido melhores relações à comunidade LGBT dentro do sistema prisional, havendo a mobilização de grupos militantes para a galeria seja mantida. Nesse aspecto, um governo sensível a aspectos de diversidade sexual, cumpre o aprimoramento de política prisional para pessoas LGBT de modo a transformar ações específicas em políticas de Estado. Também no que tange ao atendimento a pessoas LGBT no sistema prisional, a realidade que atinge o Estado é de que travestis e transexuais são recebidas pelo sistema de segurança pública e designados pela sua condição biológica. É preciso considerar que o encarceramento é carregado de circunstâncias que podem dificultar ainda mais a convivência dentro destes espaços. Logo, importante que sejam criadas políticas específicas para escolha de qual presídio estas pessoas possam ir.

## SAÚDE

Ainda que tenha ocorrido ampla participação da sociedade civil em geral na positivação do direito à Saúde na Constituição Federal de 1988, entre os principais atores da Reforma Sanitária estiveram, também, profissionais da área da Saúde. A construção real do Sistema Único de Saúde acabou dando-se de forma que os profissionais entraram na estrutura do Estado com o objetivo de construir o SUS, mas a população continuou à margem do processo. Como resultado, o povo brasileiro não se apropriou do SUS como política pública de Saúde. Em outras palavras, não se apropriou do SUS como seu direito.

Ao longo de toda a sua existência, o SUS foi estabelecido por meio de políticas parciais e desintegradas, sem um planejamento concreto a longo prazo. Houve mais políticas de governo para o SUS que políticas de Estado. Um exemplo disso é o Programa Saúde da Família, surgido em 1994 sob muitas críticas dos movimentos sociais, com a concepção de ser apenas um programa para melhoria das condições de Saúde das populações mais pobres. Acabou tornando-se política de Estado pelo seu sucesso, tendo inclusive seu nome mudado para “Estratégia Saúde da Família” (ESF).

Pode-se dizer que o sistema foi feito a partir de “jeitinhos”. O subfinanciamento crônico e os interesses eleitorais foram determinantes para que o SUS não se tornasse uma política de Estado. A falta de apropriação das políticas públicas de Saúde pela população brasileira provoca uma falta de controle público sobre as ações do Estado no sistema de Saúde. O controle social, que deveria ser exercido pelos conselhos de Saúde, mostra-se ineficaz.

Persistem as impressões por parte da população de que tudo que vem do SUS é ruim. É curioso observar que até mesmo entre profissionais que trabalham no SUS é recorrente a reivindicação do benefício de planos de Saúde privados em suas mobilizações e por meio de seus sindicatos, postura extremamente sintomática da negação do SUS como política pública de Saúde pela população brasileira. Observa-se que a população desconhece os mecanismos de funcionamento do sistema público de Saúde, como o acesso via atenção primária à Saúde e a existência das



equipes de Saúde da família com médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes de saúde especializados nessa área.

A participação popular no debate sobre o SUS e sobre as decisões elementares das políticas de Saúde restringe-se aos Conselhos de Saúde, conhecidos como “Controle Social” do SUS. Muito embora tais instâncias de participação tenham sido criadas a partir de 1990, verifica-se que padecem de vícios recorrentes nas diversas esferas de poder e nos mais variados lugares do Brasil. Entre esses vícios, é significativo citar a dificuldade de renovação dos conselheiros e a ineficácia dos conselhos enquanto instância representativa.

O estabelecimento dos municípios como gestores plenos da saúde trouxe vantagens e desvantagens para o SUS. Entre as vantagens, a possibilidade de executar políticas específicas, conforme as peculiaridades de cada local, foi um dos maiores ganhos. Entretanto, o pacto federativo manteve-se inadequado com relação aos custos de um sistema de saúde, transformando os municípios em verdadeiros reféns da União e dos Estados para a execução das políticas de saúde. Ao Estado, couberam, basicamente, quatro atribuições: (1) exercer a gestão do SUS no âmbito estadual; (2) promover as condições e incentivar o poder municipal para que assuma a gestão da atenção à saúde de seus munícipes, sempre na perspectiva da atenção integral; (3) assumir, em caráter transitório (o que não significa caráter complementar ou concorrente), a gestão da atenção à saúde daquelas populações pertencentes a municípios que ainda não tomaram para si essa responsabilidade; e (4) promover a harmonização, a integração e a modernização dos sistemas municipais, compondo, assim, o SUS-Estadual – esta a mais importante das atribuições. O governo estadual deve cumprir com suas obrigações, não aceitando o excesso normativo do Ministério da Saúde.

## **LEITOS HOSPITALARES E INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL EM SAÚDE**

O Rio Grande do Sul perdeu leitos hospitalares na gestão José Ivo Sartori. Segundo dados do DATASUS, em dezembro de 2014 o Estado tinha 31.398 leitos, contra 30.338 em junho de 2018 – uma perda de 1.060 leitos. Quanto se analisa

somente os leitos SUS, a situação é ainda pior: no mesmo período, passamos de 22.203 leitos para 20.714 – perda de 1.489 leitos.

Outro dado de enorme gravidade diz respeito ao percentual de leitos SUS. Enquanto em 2014 70,05% dos leitos eram do Sistema Único de Saúde, em junho de 2018 esse percentual caiu para 68,27%. Ou seja, está ocorrendo um processo velado de privatização nos hospitais gaúchos.

Os dados demonstram, também, que há uma progressiva concentração de leitos hospitalares na Região Metropolitana, na contramão de uma política de regionalização mais adequada. Em dezembro de 2005, 37,4% dos leitos estavam na Região Metropolitana, contra 39,04% em junho de 2018.

Quanto aos investimentos do governo federal em toda a área de saúde diretamente nos Estados, o Rio Grande do Sul recebeu R\$ 4,686 bilhões em 2017, o equivalente a 6,5% do total de R\$ 71,867 bilhões para todo o país no ano. Embora o Estado tenha mantido a quinta posição entre os maiores beneficiários, atrás de São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Minas Gerais, a taxa de evolução dos desembolsos de 2016 para 2017, de 2,8%, ficou abaixo da média nacional de 4,3%.

## **SUBFINANCIAMENTO**

A questão do subfinanciamento no SUS é um problema crônico, tão importante que a Emenda Constitucional 29 foi elaborada de modo a definir percentuais mínimos de investimento em saúde para os entes federativos. O nosso Estado tem desrespeitado os dispositivos constitucionais que orientam o investimento em saúde. A Emenda Constitucional 29 estabeleceu que o Estado deve investir, no mínimo, 12% da arrecadação dos impostos em ações e serviços públicos de saúde. Dados do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) demonstram que o governo Sartori maquiou as contas, incluindo gastos previdenciários na conta da saúde, para provar que fez esse montante de investimentos. Na verdade, Sartori não chegou a investir 9%, de acordo com o SIMERS. Enquanto isso, os municípios tentam conter a sangria provocada pela falta de repasses do Estado.

Segundo dados da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), 80 hospitais de pequeno porte (HPPs) estão em risco iminente de

fechamento por falta de incentivos, repasses e contratualizações de serviços com o Estado, gerando grande déficit financeiro às prefeituras. Defendemos a manutenção desses hospitais como prioridade na saúde do Estado. A falta de repasses é dramática e simboliza bem as prioridades do governo de Sartori. O Fundopem oportunizou uma isenção de 380 milhões de reais ao empresário Lírío Parisotto e sua empresa Videolar Innova que, como contrapartida, abriu cinco vagas de emprego para os gaúchos. Acreditamos que o dinheiro público deve beneficiar a população, e não alguns poucos privilegiados. Para resolver a questão dos HPPs, é essencial a reorganização fiscal do Estado, e isso passa pelo debate a respeito de isenções fiscais, de sonegações, da dívida pública e da Lei Kandir, por exemplo.

É importante dizer que a crise nos repasses estaduais aos municípios não é exatamente uma novidade: vem ocorrendo desde 2013, sendo que a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre já acionou a Justiça para garantir os recebimentos. Ainda segundo a FAMURS, os atrasos dos repasses estaduais para os programas municipais de saúde estão gerando um déficit superior a R\$ 450 milhões para os municípios gaúchos.

Nosso governo, em primeiro lugar, investirá os 12% da arrecadação dos impostos em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto pela Emenda Constitucional 29. Não negaremos à saúde dos gaúchos 1 bilhão de reais anuais, como fez o governo atual, que maquiou suas contas para incluir nos gastos com saúde despesas que, na realidade, correspondem à previdência. Faremos radical oposição à Emenda Constitucional que determinou o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, prejudicando a saúde e a educação públicas.

## **SAÚDE MENTAL E DROGADIÇÃO**

A questão das drogas é uma das mais importantes do nosso Estado, porque impacta de forma preponderante tanto a área da saúde quanto a área da segurança. Nós acreditamos que as drogas não são um problema a ser tratado pela área da segurança pública, mas pela da saúde. Entendemos que a política de guerra às drogas se revelou um fracasso e defendemos um novo paradigma de política de drogas no Brasil. Acreditamos na política de redução de danos como base do

tratamento dos dependentes químicos. Internações compulsórias e o tratamento ortodoxo empregado nesta área não vêm apresentando bons resultados, assim como a política de guerra às drogas. Nossa ideia é apresentar um programa específico de combate à drogadição tendo a redução de danos como paradigma e incluindo, junto à saúde, a assistência social e a educação, oportunizando formação profissional e viabilizando empregabilidade para essas pessoas.

A saúde mental como um todo sofreu muito no governo Sartori, com a diretriz manicomialista adotada. A candidatura do PSOL coloca-se ao lado do movimento antimanicomialista, apoiando a Reforma Psiquiátrica e defendendo a abertura de mais Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e o fechamento de manicômios.

## **REGIONALIZAÇÃO**

A política de regionalização é umas das ações mais importantes que cabem ao governo estadual. Infelizmente, eleição após eleição esse debate vem novamente à tona. Os municípios gaúchos continuam transportando seus usuários do sistema de saúde para grandes centros para obter atendimento, chegando a até 2 milhões de consultas, cirurgias e procedimentos na lógica da ambulancioterapia.

Nossa atuação será no sentido de corrigir a política de regionalização. Não é possível que em um Estado com o Rio Grande do Sul um paciente precise sair de Uruguaiana e ir até Porto Alegre para realizar um procedimento cirúrgico cardiológico de alta complexidade. Uma política de regionalização racional não pode gerar ambulancioterapia, e sim pequenos deslocamentos para polos regionais que ofereçam os serviços. Cidades com Caxias do Sul, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo têm plenas condições de servir como polos regionais e nossa atuação será no sentido de estimular a desconcentração de procedimentos para cidades que possam oferecê-los. Para isso, acreditamos que devemos investir em parcerias com os municípios, a União e as universidades, em especial as universidades públicas com hospitais universitários, e modificar a lógica de repasses de recursos, desconcentrando-os. A política de repasses e valores pagos deve estar concatenada com a política de regionalização. Um governo que sufoca o Interior financeiramente

está estabelecendo uma política de concentração de serviços na Capital. Não é possível enfrentar esse tema dessa forma.

Entendemos que os valores pagos devem corresponder ao estímulo do Estado à política de regionalização. Isso significa que precisamos realizar uma distribuição calcada na ideia de equidade, enviando mais recursos para os lugares com maiores necessidades. Isso, ao fim, é uma política de investimentos, porque no médio e longo prazo proporcionará diminuição dos custos com aberrações do sistema, como a ambulancioterapia.

Ainda, é necessário enfrentar o tema da infraestrutura. É verdade que muitas localidades não oferecem condições para que especialistas possam exercer suas funções com o mínimo de segurança. Diversos são os relatos em hospitais do Interior em que há indisponibilidade de medicações e outros insumos para tratamento de saúde, impossibilitando um trabalho adequado dos profissionais de saúde.

Nosso governo está comprometido com uma política de regionalização de saúde de verdade, e isso inclui a fixação de profissionais de saúde no Interior do Estado. Há diversas formas de se realizar isso. Uma das possibilidades é o estabelecimento de carreira de Estado para os profissionais da saúde, defendida pelo SIMERS para os médicos e que consideramos importante para todos os profissionais da saúde, nos moldes das carreiras jurídicas. Assim, os profissionais seriam distribuídos para os municípios e poderão, conforme evolução na carreira, deslocar-se para outros centros. Outra proposta para levar esses profissionais ao Interior é estímulo financeiro – o profissional que trabalhar em localidades mais distantes faria jus a pagamento diferenciado. Da mesma forma, os vínculos empregatícios precisam ser revistos. De modo geral, a terceirização – e até mesmo a quarteirização – é um modelo que cada vez mais presente. Não há qualquer segurança para um profissional sair de um grande centro, onde realizou sua graduação e sua especialização, e mudar-se para uma cidade em que terá vínculo empregatício precarizado. Por isso, defendemos que esses profissionais devem ser servidores estaduais, contratados por meio de concurso público, e recebam as garantias trabalhistas adequadas.

Não bastasse a falta de regionalização, convivemos também com a falta de consultas, exames e cirurgias especializadas. No Rio Grande do Sul, mais de 700 mil pessoas aguardam consultas, exames e cirurgias especializadas. Muitas vezes, o tempo de espera supera dois anos. Essa é uma questão tanto de assistência quanto de gestão, em que há no mínimo três grandes problemas: o déficit de infraestrutura e recursos humanos na atenção primária, as falhas nos sistemas de regulação e a concentração de unidades de alta complexidade na Região Metropolitana. O primeiro necessita de maiores investimentos e de uma nova postura de gestão, com a introdução de sistemas de telemedicina e telediagnóstico que auxiliem os profissionais da atenção primária a resolver os problemas dos usuários nesse nível de atenção. O segundo também pode ser resolvido através da tecnologia, com a avaliação das listas de espera por profissionais reguladores, que serão capazes de encontrar muitos casos que podem ser resolvidos na atenção primária e orientarão os profissionais desse nível, diminuindo as filas. O terceiro é uma demanda antiga: o oferecimento de procedimentos de alta complexidade de maneira regionalizada. Para isso, defendemos o aumento dos investimentos públicos através de parcerias com a União e a execução desses procedimentos principalmente em parceria com universidades, como a UFSM, a UFPel e a FURG.

Uma proposta inovadora trazida pela campanha de Luciana Genro à Prefeitura de Porto Alegre em 2016 foi a adoção intensiva de mecanismos de telemedicina para diminuir filas e resolver os problemas de saúde da população ainda na unidade de atenção primária. As experiências com essa ferramenta têm se mostrado muito satisfatórias e resolutivas.

### **ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

A política de assistência farmacêutica do Estado foi deixada completamente de lado pelos últimos governos. É lamentável que o LAFERGS (Laboratório Farmacêutico do Estado do RS) tenha sido abandonado, quando poderia estar produzindo medicações e outros insumos a baixo custo para os gaúchos. Defendemos a necessidade de um laboratório de saúde pública que tenha como prioridade a saúde da população e não o lucro.

Temos a possibilidade de realizar compra de medicações por meio de consórcios como outra alternativa para queda dos custos. Mas é essencial que haja uma nova política de assistência farmacêutica, que esteja mais conectada com uma visão de saúde preventiva, e não curativa. Isso inclui, por exemplo, uma postura que impeça a progressão de doenças para quadros mais graves que, por óbvio, necessitarão de medicações mais caras e em maior quantidade. Esse entendimento exige que o Estado não economize na provisão de medicamentos, já que essa economia significará, no caso de progressão de doenças, um gasto muito maior no futuro.

### **POLÍTICAS ESPECÍFICAS**

As políticas de saúde, embora tenham peculiaridades de acordo com determinadas características das populações, têm uma diretriz técnica definida pelos especialistas que nós pretendemos seguir: atenção primária com lógica de prevenção primária como base do sistema. No caso de doenças já instaladas, buscar a prevenção secundária e a terciária. Para a população idosa, é essencial garantir equipamentos como as academias da saúde, que oportunizam que os idosos se mantenham ativos fisicamente.

Mas não podemos enxergar saúde em conceito estrito: desde a década de 1980, a OMS considera que saúde é um conceito amplo, que envolve não apenas ausência de doença, mas posse da terra, oportunidade de trabalho, capacidade de auto-cuidado, moradia digna, entre outras questões. Dessa forma, entendemos que a saúde dos nossos idosos passa por aposentadoria digna, por exemplo, e que defendê-la significa ser contra projetos como a Reforma da Previdência.

### **ÁGUA E SANEAMENTO**

A ausência criminosa de uma política impositiva de saneamento básico com controle da população causa inúmeras doenças associadas diretamente à falta de tratamento de água de consumo e a alimentos contaminados por esgoto, bem como indiretamente à falta de gestão de resíduos sólidos e ao tratamento de esgotos de forma geral. A falta de cumprimento da Lei do Saneamento Básico, a Lei 11.445/2007, faz com que os territórios sanitários permaneçam poluídos com a

consequência da manutenção da transmissão de doenças de veiculação hídrica ou de contato, conforme exemplificado a seguir.

Segundo matéria de ampla divulgação do jornal O Globo (2018), 45% da população vive sem qualquer tratamento de esgoto. Para cumprir a Lei de Saneamento Básico, haveria necessidade de um investimento de R\$ 150 bilhões até 2035. Parte deste montante – ou todo – já foi jogado fora nas obras da Copa de 2014, em Belo Monte e na corrupção, e não na resolução deste grave problema.

As diarreias são causadas pela ingestão de água e alimentos contaminados e incidem sobre crianças principalmente. São a segunda causa de mortes na faixa etária até os 5 anos de idade, somando mais mortes do que a AIDS, o Sarampo e a Malária juntos. No Brasil, está bem estabelecida a associação com a falta de saneamento básico, de forma direta com o consumo de água não tratada e indireta com a contaminação geral de poços e alimentos com o esgoto não tratado.

A leptospirose é outra consequência do caos no saneamento urbano. Essa doença tem, em média, 3.600 casos anuais no Brasil, e trata-se de uma doença bacteriana grave cujo agente infeccioso é disseminado nessas áreas urbanas principalmente por ratas. Esses animais, por sua vez, proliferam em ambientes insalubres e desequilibrados como valões poluídos e lixões, e aí contaminam a água que atinge as pessoas principalmente em enchentes. Nem campanhas contra a leptospirose, nem promessas vazias de “acabar com valões e lixões” irão resolver esse tipo de problema. A recuperação ambiental desses locais através do saneamento básico, envolvendo tratamento de esgoto e estabelecimento de aterros controlados, junto com a revitalização ecológica desses córregos e arroios teria o efeito de reestabelecer o equilíbrio e reduzir naturalmente a presença destes animais.

Dengue, Zika, Chikungunya ou a nova Mayaro, são todas viroses graves, transmitidas por vetores, principalmente pelo mosquito *Aedes aegypti* historicamente adaptado à desorganização urbana, cemitérios, lixões, depósitos clandestinos de pneus e outros locais que concentram seus criadouros. Na última década, essas doenças vêm aumentando o seu nível endêmico em praticamente todo o território brasileiro, quase que completamente infestado pelo *A. aegypti*. A



resposta deste governo e dos anteriores vem sendo a mesma: campanhismo governamental, anacrônico, vertical e que isola a participação comunitária. O resultado tem sido desastroso: a permanência e o aumento dos níveis endêmicos desta doenças.

Possivelmente uma das doenças vetoriais mais impactantes dos últimos anos tenha sido a Febre Amarela. Segundo fontes oficiais, no período de monitoramento de julho a julho a partir de 2017, atualizado no início de abril de 2018, houve 4.548 casos notificados, 1.127 confirmados e 328 óbitos. Isso é acrescido de quase 700 epizootias (epidemias em animais) em outros primatas, dos quais os bugios são particularmente importantes. Anteriormente, a doença tinha registros de cerca de 50 casos anuais. Entre 2016 e 2017, no entanto, já houve 779 casos humanos, 262 óbitos e 1.659 epizootias. Isso é alarmante e representa um aumento vertiginoso de 14-15 vezes ou mais no padrão endêmico da doença nos anos anteriores. O que tem ocorrido nestes últimos anos que ocasionou este aumento estratosférico de casos de Febre Amarela, pouco debatido pela grande mídia e nada pelo governo? Podemos ver evidentemente que o vírus aumentou enormemente a sua circulação, num período posterior ao desastre de Mariana – MG, aumento no desflorestamento e caos na Saúde Pública que deixou a população brasileira sem cobertura vacinal. Assim, é mais um “desastre” anunciado.

A Leishmaniose, dividida em tegumentar e visceral, é outra doença secular no Brasil, permanecendo com milhares de casos anuais. A Leishmaniose tegumentar tem um ciclo florestal ou semiflorestal semelhante à Febre Amarela, seus vetores e reservatórios são parte dos ecossistemas naturais. Ocorre que disruptivas ecológicas graves nesses ecossistemas aproximam os vetores das pessoas, especialmente o desflorestamento. Esta é a razão pela qual o Rio Grande do Sul passou a apresentar casos nos últimos anos, especialmente em territórios antes florestados do noroeste gaúcho. A Leishmaniose variedade visceral é endêmica em vários estados brasileiros, com variação de 3.597 casos em 2005 para 3.289 casos em 2015. Nesse, caso os vetores são peri-urbanos ou urbanos, com adaptação aos peridomicílios comuns nas grandes cidades. Os reservatórios são cães, canídeos silvestres ou gambás, ao que se sabe. No Rio Grande do Sul, passou a ocorrer a partir do surgimento de casos

humanos em São Borja em 2008, em Uruguaiana em 2011, em Itaqui em 2012 e em Porto Alegre em 2016, até aqui com poucos casos, 2-3 casos anuais, comparado com as centenas do restante do território endêmico brasileiro. O fato é que a doença nas duas variedades alastra-se e tem a característica de uma bomba relógio. A resposta oficial campanhista é insuficiente e altamente agressiva aos donos de cães, no caso da Leishmaniose visceral. Isso por que a campanha pressupõe o levantamento de cães e a eutanásia dos considerados portadores. Em Porto Alegre, cidade que registrou alguns casos e óbitos por esta doença, moradores e associações de proteção aos animais revoltaram-se e conseguiram barrar na Justiça as eutanásias. Ora, num cenário de profunda desconfiança da autoridade pública, aliado ao conhecimento de que os cães não são os únicos reservatórios e que há tratamento e vacina para cães, essas medidas são uma provocação e um deboche, ou seja, fadadas ao fracasso total. A doença agradece a tais desatinos. No Estado, o problema ainda foi agravado pela extinção criminosa da Fundação Estadual de Pesquisa e Produção em Saúde – FEPPS, pelo governo Sartori. Nesse caso, o horizonte estratégico é claro: investir em ações de Saúde Coletiva baseadas no Ecosocialismo, com ênfase na orientação dos moradores para diminuir o risco epidemiológico, na luta pelo direito à vacina canina e ao tratamento dos possíveis cães infectados, na melhoria drástica no saneamento básico nas áreas com circulação dos vetores e nas melhorias habitacionais. Isso só pode ser feito com base científica sólida, portanto há que se reverter a extinção da FEPPS e passar a investir novamente em pesquisa pública.

#### *Prioridades e compromissos*

- Assumir a gestão do SUS-Estadual de fato, contra o excesso normativo do Ministério da Saúde.
- (Re)Abertura de novos leitos SUS de internação, priorizando a descentralização da saúde.
- Tratar os repasses do Estado para a saúde como prioridade absoluta, encerrando o sufocamento a que estão submetidos os municípios.
- Investir 12% da arrecadação dos impostos em ações e serviços públicos de saúde, como determina a Constituição Federal.
- Luta pela revogação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos.
- Tratar as drogas como questão de saúde pública, a partir da lógica da redução de danos.

- Apoio irrestrito à Reforma Psiquiátrica, lutando pelo fechamento de manicômios e abertura de novos CAPSs.
- Corrigir a política de regionalização, estabelecendo cidades-polo para procedimentos de maior complexidade, apoiando essas cidades na estruturação de sua rede.
- Jornada de 30 horas semanais para todos os trabalhadores da saúde.
- Carreira de Estado, estruturada com um plano de carreira adequado e discutido com os trabalhadores, para todas as categorias da saúde.
- Cuidar da saúde dos trabalhadores da saúde através de políticas específicas.
- Orientar o cuidado de saúde através da atenção básica, na lógica de privilégio da prevenção, promoção e atenção integral à saúde.
- Uso da tecnologia, em especial da telemedicina, para diminuir filas de espera de consultas com especialistas e aumentar a resolutividade da atenção básica.
- Estabelecer uma política de assistência farmacêutica efetiva, orientada pelos níveis de prevenção, que maximize resultados e gere menores custos.
- Reativar o LAFERGS, produzindo medicações a baixo custo para a população gaúcha.
- Participação popular ampliada: chamamento de Conferência Estadual de Saúde no primeiro ano de governo para definir as prioridades em conjunto com o povo.
- Lutar contra todas as formas de terceirização e privatização do SUS: OSs, OSCIPs, empresas públicas, fundações estatais de direito privado, EBSERH e PPPs.
- Política impositiva de saneamento básico com controle da população como prioridade absoluta de governo.
- Reverter a extinção da FEPPS e passar a investir novamente em pesquisa pública.

## **EDUCAÇÃO**

### **DESEMPENHO NO IDEB**

O Rio Grande do Sul vai mal quando olhamos para seu desempenho em indicadores da educação. Em 2015, segundo os dados mais recentes disponíveis, o Estado ficou entre o 8º e o 14º colocado no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Os resultados da avaliação de 2017 somente serão divulgados em agosto deste ano.

Entre os alunos da 4ª série ou 5º ano, o RS ficou em 8º lugar em 2015, com nota média de 5,7, ligeiramente acima da meta de 5,6 para o ano. O Estado obteve a mesma média de Espírito Santo e Mato Grosso e ficou atrás de São Paulo (6,4), Minas Gerais e Santa Catarina (6,3), Paraná (6,2), Distrito Federal (6,0), Ceará (5,9) e Goiás (5,8). Ou seja, o Rio Grande do Sul teve o pior desempenho da região Sul do país.

Entre os alunos da 8ª série/9º ano, o Rio Grande do Sul teve um desempenho ainda pior. Ficou em 14º lugar, com média de 4,3, abaixo da meta de 5,1. Neste caso, o melhor desempenho foi de Santa Catarina, com média de 5,1 (para uma meta de 5,5), e o Rio Grande ficou abaixo de todos os Estados das regiões Sul e Sudeste do país, além de outros Estados, como Amazonas e Acre.

A situação foi similar na 3ª série do ensino médio, na qual o RS ficou em 13º lugar, com média de 3,6, para uma meta de 4,6. Nessa faixa, o Estado também teve o pior desempenho das regiões Sul e Sudeste. São Paulo obteve o melhor resultado, com 4,2 de média, abaixo da meta de 4,5.

### **EDUCAÇÃO BÁSICA NO RIO GRANDE DO SUL**

O governo Sartori foi especialmente ruim no que tange à educação. O governador entrou em choque com os professores em diversas oportunidades, incluindo ao debochar dos educadores quando falou, ainda durante as eleições, que eles deveriam buscar o piso em uma loja de materiais de construção.

A garantia da educação como um direito está intimamente ligada ao financiamento por parte do poder público. Compreender a concepção do

financiamento da educação básica, implica conhecer o processo orçamentário e sua execução, analisar a responsabilidade dos entes federados, a importância do regime de colaboração entre esses e o papel desempenhado pelos fundos destinados à educação básica, assim como as fontes adicionais de recursos.

Já dizíamos em eleições anteriores que o Rio Grande do Sul enfrentava muitas dificuldades em relação à educação. Os ataques de Sartori só aprofundaram essas dificuldades, o que justificou a ocupação das escolas pelos estudantes em 2015-2016. Estudantes que foram tratados pelo Estado com a mesma truculência dos professores, cabe dizer.

Em função disso, cresce a resposta através do ensino privado, inclusive na educação superior. Grande parte dos estudantes oriundos de escolas públicas garante o acesso ao ensino superior pagando altíssimas mensalidades em universidades privadas, tendo de ser explorados em empregos e estágios para pagar a faculdade. O Ensino Médio Politécnico só agravou tal situação.

A partir dessa realidade, vemos cada vez mais crescer o mercado de cursinhos pré-Enem e vestibular, e é preciso que o governo aposte e defenda a criação de cursinhos populares nos bairros, iniciativas que fazem do conhecimento o alicerce de um movimento social em prol da educação e das mudanças.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul é um exemplo de como precisamos investir mais no ensino público. A universidade está com vários cursos fechados e sendo cada vez mais deixada de lado pelo governo estadual. Essa estrutura outrora foi de grande importância para o desenvolvimento do Estado, apostando no desenvolvimento regional e descentralizado e levando o conhecimento ao Interior do Rio Grande.

Em 2018, o valor mínimo por aluno no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), é de R\$ 3.016,67 (era de R\$ 2.875,03 em 2017). Esse é o menor valor distribuído por estudante para os estados e municípios brasileiros pelo fundo, sendo definido por Portaria Interministerial do Ministério da Educação e do Ministério da Fazenda.

## **POR UMA ESCOLA SEM MORDAÇA**

Somos terminantemente contra o projeto denominado “Escola sem Partido”. Defendemos a liberdade de expressão na escola e uma educação emancipadora, em que os alunos tenham desenvolvida sua capacidade crítica e sua independência intelectual. Os que defendem esse projeto é que, na verdade, querem transformar os alunos em máquinas que não pensam, mas apenas efetuam procedimentos técnicos, sem questionar o estado das coisas.

Nossa defesa é de uma escola não partidarizada, mas que forme para a vida crítica. Por isso, defendemos um projeto de escola sem mordça, em que estudantes e professores sejam livres para debater os diversos temas políticos e sociais atuais e históricos.

## **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino.

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escola: R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50

Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

## **PISO DO MAGISTÉRIO E CONDIÇÕES DE TRABALHO**

A questão do pagamento do piso nacional do magistério continua não resolvida no Estado. Em 2018, é de R\$ 2.455,35 para jornada de 40 horas semanais. No Rio Grande do Sul, o salário básico Nível-1 é de R\$ 1.260,20 para jornada de 40 horas semanais. Sem reajuste e reposição, no nível 1 o piso está 82% defasado. Já o

salário básico Nível-5 é de R\$ 2.331,38 para jornada de 40 horas semanais. 35,6% da categoria que não recebe o piso na soma de todas as vantagens.

Para piorar a situação, o último concurso público foi realizado em 2013. Isso contribui para a precariedade do ambiente escolar: excesso de alunos em sala de aula, falta de estrutura e recursos, violência, baixos salários, grande número de tarefas fora de sala de aula, direções rígidas e abusivas.

Os docentes têm níveis de adoecimento e afastamento cada vez maiores. A maioria das causas está ligada a transtornos psiquiátricos, como depressão, ansiedade, nervosismo, síndrome do pânico e estresse.

#### *Prioridades e compromissos*

- Escola sem Mordaza: defesa da independência intelectual de professores e alunos, contra o “Escola sem Partido”.
- Pagamento integral do piso nacional do magistério sem alteração no plano de carreira, a partir da reorganização das finanças públicas proposta.
- Dobrar os recursos destinados à UERGS, utilizando as verbas provenientes dos cortes em Cargos de Confiança.
- Realizar concursos para docentes e funcionários de escola.
- Reformar estrutura física das escolas.
- Respeitar a gestão democrática das escolas.
- Atualizar os valores destinados à alimentação escolar.
- Abrir negociação com a comunidade escolar sobre a reforma do ensino médio.
- Investir 35% da receita líquida de impostos e transferências na educação.
- Criar Campanha Estadual de Criação de Grêmios Estudantis.
- Criar programa de cuidado da saúde dos professores e servidores das escolas.
- Lutar pela revogação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos.

## **FUNCIONALISMO ESTADUAL**

O governo Sartori declarou guerra aos servidores estaduais. Professores, policiais, delegados, enfermeiros, médicos, enfim, todo o funcionalismo estadual sofreu os efeitos da decisão política do governo de parcelar os pagamentos e impor arrocho salarial. A relação estabelecida foi, de fato, extremamente violenta: atos dos servidores em defesa de seus direitos legítimos foram duramente reprimidos. O governo foi fiel à sua lógica de destruição do serviço público estadual ao atacar os servidores.

O governo estadual deve aproveitar a inteligência e a memória dos servidores para aprimorar os serviços oferecidos à população. Valorizar os servidores é essencial para isso, criando uma inteligência institucional que perpassará diversos governos, beneficiando a população como um todo. O pagamento dos salários deve ser feito em dia, pois é ele que dá dignidade a essas pessoas. Ninguém terá motivação para trabalhar se estiver o tempo todo pensando como fará para suprir suas necessidades básicas.

Nosso governo não será inimigo dos servidores, mas seu aliado. Nossas políticas serão definidas em conjunto com os trabalhadores, de maneira democrática, de modo a aproveitar ao máximo a capacidade dos servidores públicos gaúchos.

## **SAÚDE DO TRABALHADOR**

O Estado do Rio Grande do Sul deve ter mais atenção à saúde de seus trabalhadores, inclusive aqueles que cuidam da saúde. A estruturação de Centros de Atenção à Saúde do Trabalhador deve ser uma prioridade, com incentivo aos municípios em articulação de complementaridade do Sistema Único de Saúde.

### *Prioridades e compromissos*

- Pagamento em dia dos vencimentos dos servidores estaduais como prioridade de governo.
- Reposição anual da inflação e recomposição gradual das perdas acumuladas.
- Estimular a capacitação para a gestão dos funcionários de carreira a fim de promover uma inversão na atual lógica de ocupação das chefias por cargos comissionados.



- Elaboração de lei que regulamente as normas de saúde e segurança no trabalho.
- Construção das políticas públicas para o Estado em conjunto com os servidores.
- Estruturação de Centros de Atenção à Saúde do Trabalhador.

## MORADIA

Dos 4,2 milhões de domicílios do Rio Grande do Sul, 37,1% - ou quase 1,6 milhão - são considerados impróprios ou sem acesso completo à infraestrutura. Eles são considerados assim devido a inadequações como acabamento externo, ausência de banheiro com chuveiro e vaso sanitário, número excessivo de moradores, por estarem em casas de cômodos, cortiços ou em unidades multifamiliares precárias ou, ainda, por não terem acesso a pelo menos um dos serviços básicos de utilidade pública (coleta de esgoto, rede de distribuição de água, coleta de lixo e energia elétrica). Os dados fazem parte do relatório “Condições de habitação do Rio Grande do Sul”, relativo a 2017, disponível em <http://planejamento.rs.gov.br/analise-de-emprego-e-desemprego>. O documento foi elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE.

O percentual de domicílios impróprios no Estado está em linha com a média nacional, que é de 37,4%, e deve-se principalmente à falta de acesso a serviços básicos, que atinge 35,1% dos domicílios gaúchos, com ou sem inadequações. O maior problema é a falta da coleta de esgotos, verificada em 33,3% dos domicílios do Estado, seguido da ausência de rede de distribuição de água (11,3%), da inexistência de coleta de lixo (5,1%) e da falta de energia elétrica (0,1%).

Entre os 20% mais pobres da população gaúcha, com renda domiciliar per capita mensal de até R\$ 630, 48,8% moram em domicílios impróprios ou sem acesso completo à infraestrutura, de um total de 851,6 mil domicílios. Já entre os 20% mais ricos (renda per capita familiar superior a R\$ 2.400 por mês), apenas 21,6% dos domicílios (de um total de 829,4 mil) estão nessas condições.

Na faixa mais pobre da população, 41,8% dos domicílios não têm coleta de esgoto, 15,6% não têm rede de distribuição de água, 9,5% não têm coleta de lixo e 0,11% não tem energia elétrica. Entre os 20% mais ricos, 20,2% dos domicílios não têm coleta de esgoto, 6,5% não têm acesso à rede de distribuição de água e 3% não têm coleta de lixo. Todos têm energia elétrica.

O relatório indica ainda que, dos 4,2 milhões de domicílios do Estado, 3,65 milhões são urbanos e 552,1 mil estão em áreas rurais. Do total, 3,5 milhões são casas, 683,1 mil são apartamentos e 1,9 mil estão em casas de cômodos, cortiços ou habitações multifamiliares precárias. Vale notar que 1,2 mil habitações enquadradas nessa última categoria estão em Porto Alegre.

A responsabilidade dos investimentos para resolução desses problemas é do poder público. A crise fiscal não pode ser justificativa para que os gaúchos e as gaúchas vivam sob condições indignas.

### **DÉFICIT HABITACIONAL**

A área de habitação sofre com a falta de investimentos. Estima-se que o déficit habitacional do Estado seja de mais 300 mil unidades habitacionais, concentrado principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre. O direito à moradia é consecutivamente desrespeitado pelos governos, que não apresentam políticas públicas capazes de resolver o problema – em 2016, por exemplo, o programa Minha Casa Minha Vida ofertou apenas 2 mil unidades habitacionais, ou seja, 0,67% do déficit habitacional estimado.

Em 2017, o episódio da violenta repressão contra a ocupação Lanceiros Negros marcou a postura de José Ivo Sartori quanto às pessoas que não tem moradia. Em uma noite fria de junho, véspera de feriado, a Brigada Militar despejou mulheres grávidas, idosos e crianças, numa verdadeira barbárie à base de gás de pimenta e tiros de balas de borracha. Por falta de uma política pública efetiva do Estado que oferecesse um teto digno a essas e a milhares de outras pessoas, a Lanceiros Negros ocupava um prédio público que estava vazio há mais de 10 anos e, desde novembro de 2015, era o lar de mais de 70 famílias. A elas, foi oferecida a rua, e o prédio voltou a ficar vazio.

Para nosso governo, será prioridade a efetivação do direito à moradia, apoiando a regularização de ocupações e promovendo políticas públicas que permitam aos gaúchos e às gaúchas viver dignamente.

#### *Prioridades e compromissos*

- Criação de um escritório de regularização fundiária do Estado, focado em

áreas de interesse social.

- Priorizar a entrega de serviços básicos, como os fornecidos pela CEEE e pela CORSAN, a áreas de interesse social.
- Destinar prédios públicos do Estado sem uso há mais de dois anos para moradia popular.
- Estabelecimento de estratégias, em parceria com a sociedade civil e com grupos como o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), para superar o déficit habitacional e prover o direito à moradia.
- Diálogo com os movimentos de luta por moradia – estabelecer uma relação de colaboração, e não de combate como faz o atual governo.

## JUVENTUDE

O governo deve estar alerta para segmentos populacionais que necessitam de atenção especial. É o caso da juventude. A crise econômica brasileira foi especialmente cruel com os jovens. Dados da FEE apontam que, na Região Metropolitana de Porto Alegre, o percentual de jovens entre 15 e 29 anos desempregados era de 19,5% em 2016 – 1 a cada 5 jovens. Proporcionalmente, o desemprego aumentou mais nessa faixa etária que entre 30 e 59 anos.

Além das condições precárias de acesso ao trabalho, a violência e a pobreza são alguns exemplos do impacto do sociometabolismo do capital nas juventudes. A formulação de políticas públicas deve levar essa questão em consideração e criar meios de enfrentar o tema da exclusão dos jovens, em especial dos jovens negros e de periferia.

### *Prioridades e compromissos*

- Garantir o acesso da juventude à educação, ao trabalho, à cultura, ao lazer e a todos os espaços através de um Plano Estadual para a Juventude.
- Estabelecer meia entrada ampla e irrestrita para os jovens em atividades culturais como cinema, teatro, dança, shows e jogos, garantindo o resguardo às atividades que já tenham ingresso popular.
- Lutar pela efetivação do transporte gratuito intermunicipal para a juventude.
- Estabelecer incentivos à contratação de jovens, diminuindo o desemprego nessa camada populacional, através de uma Política Estadual de Trabalho para a Juventude, orientada pelas indicações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Fomentar a cultura jovem como forma de expressão, de organização e de resistência, estabelecendo incentivos à práticas como o hip hop, o slam e o grafite, entre outras.
- Garantir espaços de cultura democráticos para os jovens artistas.
- Desenvolvimento de Projeto de “Repúblicas” específicas para jovens em situação de rua e/ou em acolhimento institucional).

## **DEMOCRACIA E COMBATE À CORRUPÇÃO**

Nosso programa parte do princípio de que os mandatos não são de propriedade individual dos eleitos, mas uma síntese de vontades, propostas e engajamentos comuns. Devem, portanto, ser tratados como uma expressão coletiva, sem que nunca se sobreponham interesses privados de qualquer natureza, sejam empresariais, pessoais ou fisiológicos.

A estrutura administrativa pública não pode ser “loteada” entre os partidos que compõem as coligações. O combate à corrupção passa pela ética e pela capacidade técnica dos agentes públicos, mas depende, sobretudo, do controle e da fiscalização que os cidadãos exercem sobre os governantes.

Só com mais democracia podemos impedir a apropriação privada da administração pública. O governo estadual deve oferecer instrumentos de controle público e dar o exemplo de honestidade e respeito ao mandato que o povo lhe delegou. A população está pagando pela crise e os políticos ostentam condições de vida totalmente descoladas dessa situação. Isso não pode continuar assim. Mandato não pode ser sinônimo de enriquecimento nem de carreira profissional – diferentemente do que o governador Sartori fez logo no início de seu governo, optando por elevar seus subsídios.

Mais democracia significa que o povo deve participar mais das decisões políticas. O governo Sartori foi na contramão dessa ideia, cada vez mais exigida pelas pessoas no mundo inteiro: tentou viabilizar a privatização de empresas estatais sem plebiscito, contra o que define a Constituição Estadual. Nosso governo irá no sentido inverso: chamaremos o povo do Rio Grande do Sul a participar de todas as decisões relevantes para seu futuro.

É essencial uma Controladoria Geral do Estado com independência de atuação, que possa fiscalizar os contratos e atuações do Executivo estadual e auxilie o governador a combater a corrupção. A transparência e a publicidade das ações governamentais são fundamentais. Acreditamos que o controle público dos governos é o melhor caminho para acabar com a corrupção, que drena recursos essenciais para a população gaúcha. O Tribunal de Contas do Estado é importante

nessa luta, mas, infelizmente, tem recebido nos últimos anos um excesso de indicações políticas, o que prejudica explicitamente seu trabalho.

*Prioridades e compromissos*

- Estruturação da Controladoria Geral do Estado, com independência para atuar e fiscalizar as ações do governo.
- Fim das indicações políticas ao Tribunal de Contas do Estado – indicações técnicas e independentes.
- Governador, vice-governadora e secretários abrirão mão dos sigilos fiscal e bancário durante o mandato.
- Transparência nos processos de governo, nos editais e nas licitações, permitindo o controle público do governo.
- Participação pública nas grandes decisões de governo por meio de plebiscitos e referendos, reforçando a democracia direta.

## INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

A questão do transporte tem se tornado cada vez mais importante. Não por acaso foi ela o estopim para as Jornadas de Junho de 2013, assim como foi responsável pela paralisação do país durante a greve dos caminhoneiros em maio de 2018. Nosso Estado têm uma tradição exportadora tanto no setor primário quanto no setor secundário da economia, e necessita de atenção aos modais de transporte para exercer essas atividades, ligando as várias regiões produtoras do Estado à capital e ao Porto de Rio Grande. A diversificação dos modais é uma necessidade óbvia neste setor. O governo estadual deve estar atento a isso.

A matriz modal de transportes no Rio Grande do Sul é excessivamente focada no transporte rodoviário. Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, o transporte rodoviário corresponde a 88% dos transportes no Estado. Isso é um verdadeiro desperdício, visto que nossa rede hidroviária, por exemplo, tem grande potencial de aproveitamento. O modal hidroviário corresponde a apenas 3% dos transportes, assim como o modal dutoviário. Os demais 6% são correspondentes ao modal ferroviário.

Nossa extensa rede ferroviária está praticamente abandonada, enquanto os portos e as rotas hidroviárias interiores estão subaproveitados. A movimentação de cargas e de passageiros tem tornado o trânsito de rodovias como a BR-116, a BR-101, a BR-386 e a BR-290 cada vez mais pesado, em especial nos momentos de escoamento de safra. Por sua localização estratégica, em região fronteiriça ao Uruguai e à Argentina, muitos produtos comercializados com esses países passam pelo Estado.

É importante citar que as rodovias sob responsabilidade do Estado, como a RS-118, estão em péssimas condições de trafegabilidade, com problemas de estrutura e sinalização. A dificuldade de transporte de cargas e de passageiros decorrente desses problemas atrapalha o desenvolvimento do Estado.

A fiscalização e controle de peso, a exemplo da fiscalização em outros setores, é tímida e insuficiente. A lógica de atuação do Estado nesse setor deve ser expandida, já que representa um verdadeiro investimento: a falta de controle de



peso diminui a durabilidade da pavimentação e prejudica a conservação das estradas.

### **SEGURANÇA NO TRÂNSITO**

Os acidentes de trânsito são uma causa de morte e de morbidade extremamente importante no Brasil e no mundo. Em nosso Estado, estima-se que mais de 1,7 mil pessoas perderam suas vidas nas estradas no ano de 2017, um aumento de 3% com relação ao ano anterior, sendo a maior parte das vítimas jovens do gênero masculino entre 21 e 24 anos de idade.

A mais importante medida para a prevenção de traumas no trânsito é a educação e a informação. O investimento em campanhas de conscientização é essencial para a diminuição das taxas de acidentes. Da mesma forma, é necessário que haja uma fiscalização educativa do trânsito, preocupada mais em orientar os condutores e em prevenir acidentes do que em distribuir multas. Mas não se pode omitir o papel do Estado nessas situações. Nossas estradas estaduais são absolutamente precárias, esburacadas, mal sinalizadas e mal fiscalizadas. O governo atual optou por enforçar todos os serviços públicos dos gaúchos por sua falta de capacidade de enfrentar a questão fiscal, e o resultado é péssima educação, péssima saúde, péssima segurança, enfim, péssimos serviços em geral. Precisamos de estradas melhores para contribuir na diminuição dos níveis de acidentes no Rio Grande do Sul.

### **ACESSO ASFÁLTICO**

A questão do acesso asfáltico é essencial para o desenvolvimento dos municípios do Interior. Para viabilizar as obras, é necessário que elas sejam prioridades. Não concordamos com as prioridades atuais do governo do Estado. Priorizar o acesso asfáltico aos pequenos municípios em detrimento das isenções fiscais, por exemplo. Vivemos em um Estado cuja malha rodoviária, com cerca de 16,5 mil km, é composta por quase 25% de estradas não pavimentadas. As perdas econômicas geradas por isso diminuem também nossa arrecadação, constituindo um ciclo vicioso de interrupção de desenvolvimento.

*Prioridades e compromissos*

- Criar uma Empresa Pública de Transportes na região metropolitana e proibir os monopólios das linhas, criando um critério de qualidade público e a diversificação de modais.
- Lutar pela efetivação do transporte gratuito intermunicipal para a juventude.
- Dar fim aos pedágios privados no Estado, garantindo a não-renovação dos trechos pedagiados privados e a fiscalização quanto à qualidade das rodovias devolvidas conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado.
- Manutenção dos trechos pedagiados pela EGR de forma transitória.
- Chamar a população para debater os contratos com empresas privadas relativos aos transportes intermunicipais e metropolitano;
- Investir em outras modalidades de transporte, como o ferroviário, o hidroviário e o ciclovário.
- Levar a cabo o sistema de transporte hidroviário de passageiros do Rio Grande do Sul.
- Promover a segurança no trânsito através de campanhas de conscientização e fiscalização rigorosa, com foco na educação e não na indústria da multa.
- Aprimorar a qualidade das estradas gaúchas, diminuindo o risco de acidentes aos usuários.
- Priorizar o acesso asfáltico aos pequenos municípios, garantindo dignidade a essas populações e a possibilidade de escoamento de produção, levando ao desenvolvimento regional.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

A atuação do Estado na área de assistência social está direcionada por uma política econômica de cunho neoliberal e se propõe a oferecer à população usuária somente os mínimos sociais. Há subordinação da assistência social às políticas econômicas de austeridade e de redução da atuação do Estado.

Assim como ocorre na saúde, a atuação do governo estadual na assistência social é menos perceptível, visto que o gestor do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o município. Cabe ao Governo do Estado a coordenação da política estadual da assistência social, desenvolvendo papel estratégico semelhante ao do Sistema Único de Saúde. Diretrizes devem ser estabelecidas pelo governo estadual, que deverá, também, prover apoio logístico e financeiro a municípios na prestação dos serviços. A fiscalização dessas atividades também deve ser realizada.

### *Prioridades e compromissos*

- Exercer a gestão do SUAS no âmbito estadual.
- Incentivar os municípios a assumir e implantar o SUAS em gestão plena.
- Assumir, em caráter transitório, a gestão da assistência social de populações pertencentes a municípios que ainda não tomaram para si essa responsabilidade.
- Promover a harmonização, a integração e a modernização dos sistemas municipais, compondo, assim, o SUAS-Estadual.

## **AGROPECUÁRIA**

Conforme apresentado na seção Finanças e Economia, a agropecuária é responsável por 9,4% do Valor Adicionado Bruto gaúcho. Quando se considera todo o agronegócio, incluindo os serviços e a indústria associada à produção primária (de insumos agrícolas a máquinas e alimentos), é possível estimar que a participação sobre o PIB estadual chegue a 40,6%. Segundo o Ministério da Agricultura, o Rio Grande do Sul é o quarto maior exportador de produtos agropecuários do país. Em 2017, o Estado gerou receitas de US\$ 11,6 bilhões, ou 12,1% do total nacional de US\$ 96 bilhões no período. Ou seja, a agropecuária é um dos temas principais para o Rio Grande do Sul.

### **EMPREGO NO SETOR AGROPECUÁRIO**

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged), o Rio Grande do Sul tinha 84 mil trabalhadores formais no setor agropecuário (incluindo apenas agricultura, pecuária, extração vegetal, caça e pesca) em junho de 2018. Isso representa uma queda de 3,5% em relação à posição de 1º de janeiro, que era de 87,1 mil trabalhadores.

Os anuários do Relatório Anual de Informações Sociais (Rais), também do Ministério do Trabalho, oferecem uma visão mais ampla do emprego formal, mas o mais recente disponível refere-se a 2016. No fim de 2016, eram 85,7 mil trabalhadores formais no campo no Rio Grande do Sul, ou 1,9% a mais do que em junho de 2018. O contingente equivalia ainda a apenas 2,9% de todos os trabalhadores formais no Estado, que somavam 2,911 milhões no período.

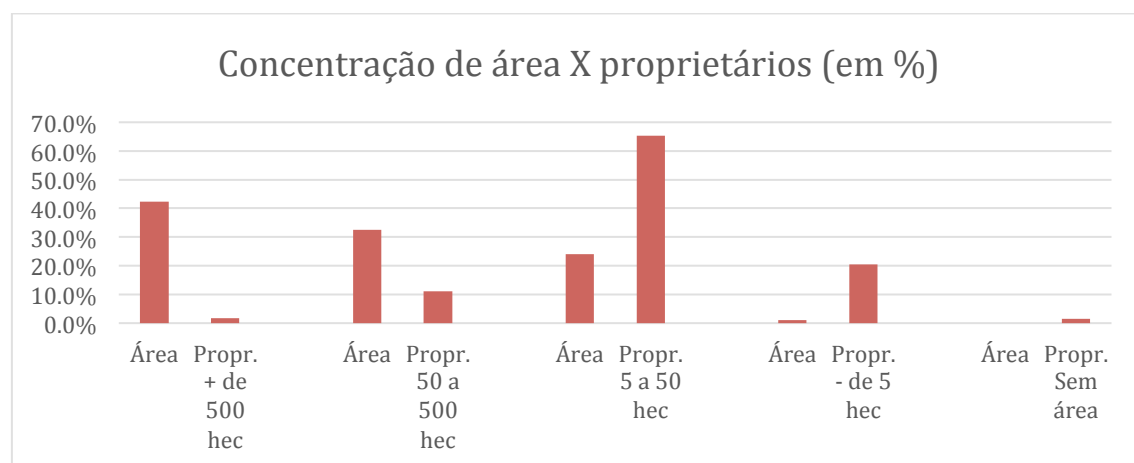
O segmento é majoritariamente masculino, pois 82,6% dos 85,7 mil trabalhadores na agropecuária (ou 70,7 mil deles) eram homens. Além disso, a remuneração no setor é uma das mais baixas da economia. No fim de 2016, os assalariados da agropecuária recebiam o segundo menor salário médio no Estado: R\$ 1.860 por mês. Eles ficavam à frente apenas do comércio varejista, que pagava R\$ 1.823, e perdiam por pouco para a indústria calçadista, que pagava R\$ 1.864. A média geral de todos os setores no Estado naquele período era de R\$ 2.830, ou quase R\$ 1 mil a mais do que recebiam os trabalhadores na agropecuária.

## ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO ESTADO

De acordo com o censo agropecuário do IBGE de 2006, o mais recente disponível, o Rio Grande do Sul tem de 441,5 mil estabelecimentos agropecuários no Estado, que somam 20,3 milhões de hectares.

O levantamento aponta uma forte concentração da propriedade, pois apenas 0,64% dos produtores rurais detêm 27,2% (mais de um quarto) da área agropecuária total no Estado. São apenas 2,8 mil proprietários, donos de áreas superiores a 1.000 hectares, que detêm um total de 5,5 milhões de hectares. Quando se soma os 4,5 mil proprietários com terras acima de 500 hectares, chega-se a 7,3 mil produtores donos de 8,6 milhões de hectares. Ou seja: 1,7% dos produtores são donos de 42,3% das terras. O grupo de 50 a menos de 500 hectares tem 48,5 mil produtores (11% dos proprietários), que somam 6,6 milhões de hectares (32,6% da área total). O grupo de 5 a menos de 50 hectares tem 288,7 mil produtores (65,4% dos proprietários), que somam 4,9 milhões de hectares (24% da área total). O grupo abaixo de 5 hectares tem 90,1 mil produtores (20,4% dos proprietários), que somam apenas 216,4 mil hectares (1,1% da área total). Outros 6,9 mil produtores (1,5% do total) são considerados sem área.

No gráfico abaixo, uma relação entre a distribuição da área total por faixa de tamanho de propriedade, em percentuais.



## PRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor brasileiro de grãos, com 32,4 milhões de toneladas previstas pela Companhia Nacional do Abastecimento

(Conab) na safra 2017/18, o equivalente a 14,1% do total do país. Fica atrás do Mato Grosso (61 milhões de toneladas) e Paraná (36,7 milhões).

### **Soja**

O Estado é o terceiro maior produtor de soja, com 17,1 milhões de toneladas em 2017/18, ou 14,5% do total brasileiro. Nas exportações, é o terceiro do país, com 14,7 milhões de toneladas no complexo soja (grão, farelo e óleo de soja) em 2017, segundo o Ministério da Agricultura. O volume correspondeu a 17,5% dos embarques de todo o país.

### **Milho**

O Rio Grande do Sul é o sexto maior produtor, com 4,8 milhões de toneladas em 2017/18, ou 5,7% da safra nacional. As exportações são pequenas, de apenas 299,9 mil toneladas em 2017, porque praticamente toda a produção é usada como matéria-prima para rações de aves e suínos no Estado. Esse volume correspondeu a apenas 1% do total do país no ano.

### **Trigo**

O Estado é o segundo maior produtor nacional, com 1,3 milhão de toneladas em 2018, ou 27% da produção brasileira. Com 617,5 mil toneladas embarcadas em 2017, o Rio Grande do Sul foi responsável por praticamente todas as exportações brasileiras do produto no período, que somaram 617,6 mil toneladas.

### **Carne Suína**

O Rio Grande do Sul, segundo o IBGE, é o terceiro maior produtor de carne suína do Brasil, com 8 milhões de animais abatidos e 725,1 mil toneladas de carne produzidas em 2017, o equivalente a 19% dos totais nacionais. No ano passado o Estado exportou 200,4 mil toneladas de carne suína, ou 29,3% do total vendido pelo país no mercado externo.

### **Carne de Frango**

O Rio Grande do Sul também é o terceiro maior produtor de carne de frango. No ano passado, abateu 848,3 milhões de aves e produziu 1,662 milhão de toneladas, ou 14,5% e 12,2% dos totais nacionais, respectivamente. As exportações

de carne de frango do Estado em 2017 totalizaram 743,8 mil toneladas, ou 17,6% do total do Brasil.

### **Carne Bovina**

O Estado é o oitavo maior produtor de carne bovina do país, com 8% de participação em unidades de animais abatidos e volume de carne. Em 2017, o Estado abateu 1,9 milhão de bovinos, ou 6,3% do total do país, e produziu 421 mil toneladas, ou 5,5% do total nacional. O Estado também é o oitavo maior exportador, com 52,2 mil toneladas em 2017, ou 3,5% do total do país.

#### *Prioridades e compromissos*

- Crédito e apoio técnico à agricultura camponesa e familiar como prioridade – fim dos incentivos fiscais aos grandes grupos econômicos do agronegócio.
- Luta pela Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul.
- Destinação para Reforma Agrária das terras provenientes de grilagem ou outras irregularidades.
- Elaboração de legislação que destine para a reforma agrária, sem indenização, as monoculturas que provocam danos ao meio ambiente, como o eucalipto, que consome grande quantidade de água.
- Alteração no sistema de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária, para atender prioritariamente aos agricultores familiares, e não à grande agricultura de exportação.
- Promoção de canais alternativos de comercialização dos produtos da agricultura familiar e camponesa, como as feiras livres, de modo a impedir que o atravessador ou o varejista fique com os maiores ganhos provenientes da cadeia de produção agropecuária.
- Facilitação de crédito para pequenas propriedades familiares que empreguem maior mão-de-obra.

## CULTURA, LAZER E ESPORTE

A administração pública em todos seus âmbitos sempre tem tratado a gestão cultural com certo estranhamento, desprezo e distanciamento, e geralmente é vista como uma atividade “não-prioritária” por todos os gestores públicos. No entanto, cremos que cabe ao Estado a função fundamental de ser um órgão mobilizador de todos os atores da produção artística, um órgão articulador das diversas fases das artes e da cultura, seja erudita ou popular; assim lhe cabe a promoção no Estado da cultura como uma das esferas da gestão de todos os municípios, criando verdadeiramente um sistema estadual da cultura, com ampla participação da sociedade.

Os espaços destinados às atividades culturais são fundamentais num processo de formação cidadã, que caminha a par da escola e do sistema de ensino. No centro cultural a participação é volitiva; o aprendizado é informal e se passa a exercer o direito do acesso ao conhecimento. No centro cultural cada um é um agente, desde o momento que vai usufruir de um bem cultural até o momento que vai produzir ou apresentar sua produção.

No governo Olívio Dutra, para sustentar os projetos que não conseguiam captação, foi criado o Fundo de Amparo à Cultura (FAC), nos moldes do FUMPROARTE, de Porto Alegre. Mas o fundo, saudado pela comunidade cultural, não passou de um factóide: nunca foi implementado.

O governo Sartori foi péssimo para a cultura. Fundiu a Secretaria da Cultura (SEDAC) à Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer (Setel), criando a Secretaria da Cultura, Turismo e Esporte e, obviamente, diminuindo o orçamento destinado a essas atividades. A tentativa de extinção da Fundação Piratini demonstrou o descaso do governo estadual com a livre expressão artística e cultural.

As isenções fiscais como meio de incentivo cultural são uma opção, mas não no modelo atual. O caminho frequentemente utilizado pela SEDAC era uso de lei de renúncia fiscal, mas como meio de incentivo fundamentalmente a eventos artísticos e espetáculos nacionais sob o argumento de garantir o acesso aos “bens culturais”,



que nem sempre precisariam de incentivos fiscais e que oferecem como contrapartida ingressos que dificilmente chegam às mãos da comunidade.

As estruturas públicas de lazer e esporte são fundamentais. Da mesma forma como ocorre com a cultura, geralmente não são prioridades da administração pública, que é incapaz de enxergar nelas um investimento que pode disputar nossos jovens com o tráfico de drogas, por exemplo.

Estruturas históricas dos gaúchos, como o Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE), localizado desde 1963 no bairro Menino Deus, em Porto Alegre, estão cada vez mais sucateadas e indisponíveis para uso da população. O investimento nesse tipo de estrutura é necessário.

#### *Prioridades e compromissos*

- Incentivo à criação e consolidação de orçamentos de cultura nos municípios.
- Incentivo à criação de Fundos Municipais de Cultura.
- Inversão de prioridades na Lei de Incentivo à Cultura, passando a priorizar aqueles projetos que visem a criação e produção de artistas locais.
- Implementação efetiva do FAC. Anualmente, o Fundo de Amparo à Cultura terá o orçamento igual a 50% do valor captado pela LIC.
- Cuidado com as estruturas de esporte e lazer do governo estadual, como o CETE e Theatro São Pedro.
- Entendimento da cultura, do lazer e do esporte como prioridades de governo, em especial para a juventude.

## MEIO AMBIENTE

Partimos do pressuposto da ruptura através do ecologismo socialista, também chamado de Ecosocialismo, da separação entre cultura e natureza, cosmologia geral que serve ao Capitalismo na medida em que justifica a devastação ambiental e a crise ecológica pelo lucro.

O passado e o presente se unem na luta ecosocialista por um futuro melhor, nos dizeres de Marx: “dizer que a vida psíquica e intelectual do homem está indissolivelmente ligada à natureza não significa outra coisa senão que a natureza está indissolivelmente ligada com ela mesma, pois o homem é uma parte da natureza”.

Pertencemos ou não ao mesmo ambiente de tudo o que existe no planeta? A resposta é sim e o nosso inimigo comum, humanidade e biodiversidade é o Capitalismo. Segundo Joel Kovel, “um número crescente de pessoas está começando a se dar conta que o Capitalismo é a força incontável causadora da nossa crise ecológica, mas apenas para congelar-se nos seus caminhos pelas implicações tremendas de suas tramas”.

O fato é que tudo é ecológico, pertencemos aos mesmos ecossistemas das outras espécies no planeta. Neste sentido, saúde e doença também são fenômenos que ocorrem nestes ecossistemas. Os padrões da modernidade são ditados pelo Capitalismo, que vê na deterioração ambiental e nas doenças mais um de seus territórios de lucro.

Por mais que haja ambientalistas sinceros na sua luta protecionista, essa concepção não resolve o dilema de “proteger” o ambiente ou viver de fato nele. O ambientalismo tem uma origem na preocupação legítima com as cidades poluídas da Europa, expressa inclusive no capítulo escrito por Marx chamado “Lei geral da acumulação capitalista”. Outra referência fundamental é o trabalho de John Snow relativo à contaminação da água com esgoto e a cólera em Londres. A influência marcante no ambientalismo veio dos “protecionistas” da natureza nos Estados Unidos como foi Thoreau de forma genuína. No entanto, seus seguidores pragmáticos como Muir, Roosevelt, Leopold e outros, passaram a defender a

“proteção da natureza intocável” para uso e laser na forma de parques ou para exploração de recursos aí presentes. Embora essas lideranças intelectuais e políticas tenham conseguido frear a destruição de monumentos naturais em vários lugares como as famosas sequoias a extinção de espécies como o bisão, o fato é que nestes territórios as populações indígenas presentes secularmente e mantenedoras desses recursos pela sua cultura foram expulsas destas áreas. Isto abriu a ganância em explorar estas áreas, na forma do Capitalismo Verde, lamentavelmente defendido no ambientalismo comum. Assim o “modus operandi” do ambientalismo variou do protecionismo sem ninguém ao protecionismo para o lucro.

O ecologismo tem uma vertente completamente distinta e se originou diretamente da concepção da Ecologia, de Haeckel, do *Oikos*, a casa de todos e do pertencimento ecológico humano. Assim, na nossa opinião, o ecologismo politizado é o questionamento radical e organizado da apropriação capitalista dos recursos naturais e trata-se, sem sombra de dúvidas, do que nós denominamos de Ecosocialismo.

### *Capitalismo, ambiente e saúde*

No Capitalismo, alterações ambientais criminosas e suas consequências são comumente chamadas de “desastres naturais”. No entanto, nada têm de naturais. Deslizamentos de casas em favelas, comunidades pobres obrigadas pelo racismo ambiental a viver nas encostas de morros, frequentemente vêm abaixo em enxurradas. O que tem isso de natural?

Cerca de cem mil óbitos, entre trezentos mil atingidos no terremoto do Haiti de 2010 é “natural”? Em que condições viviam estas comunidades? É lícito deslocar famílias pobres para viver em malocas numa fenda tectônica enquanto os ricos ficam protegidos longe da área de risco? Natural não é, trata-se da agenda capitalista. Isto sem falar que as perfurações em busca de petróleo nas camadas subterrâneas terrestres e marinhas causam um efeito disruptivo no equilíbrio tectônico e é mais uma “conquista” do Capitalismo.

O aquecimento global preocupa governos, movimentos e organizações que sequer questionam o Capitalismo, com toda a justificativa. Podemos chegar a um

nível assustador de 700ppm de gases do efeito estufa na atmosfera em poucos anos. Isto elevaria a temperatura em até 7,5°C até o ano de 2100. O nível do mar subiria em cinco a dez metros devido ao degelo polar, que por sua vez, exalaria mais gás metano na atmosfera. O resultado seria o desaparecimento de inúmeras áreas costeiras e de países ilhas, espécies animais e vegetais, populações tradicionais e expulsaria mais ainda as camadas pobres para territórios cada vez mais desolados. Mas nada disso abala os promotores do Capitalismo desastroso.

O Ecosocialismo de base anticapitalista marxista é o modelo político que precisamos para entender a crise ecológica e seus reflexos na saúde. Sob o Capitalismo as alterações ambientais movidas pela ganância do lucro continuarão, com repercussão clara no desequilíbrio ecológico. Daí advém as doenças de massa, degenerativas ou infecciosas. Enquanto este cenário não melhora, o Estado deve prover assistência à saúde pública e igualitária, proibindo a indústria da doença que é a assistência privada. Em todas as situações de saúde e doença, também é fundamental que o direito de cada pessoa em decidir sobre a sua saúde seja respeitado por este Estado, que será na melhor das hipóteses socialista e ecológico.

## **RESÍDUOS URBANOS**

Reciclagem popular é um projeto produtivo que visa a distribuição da riqueza, do poder e dos conhecimentos gerados a partir dos resíduos. Nosso principal objetivo é combater a desigualdade nessa cadeia, fazendo com que as organizações autogestionárias ocupem todos os elos do ciclo produtivo, desde a coleta até a industrialização do material reciclável, garantindo a gestão integrada dos resíduos. Esse objetivo é coerente com a defesa do meio ambiente e a economia dos recursos naturais, garantindo a gestão compartilhada dos resíduos, na qual todos os agentes da cadeia, desde fabricantes até as indústrias autogestionárias recicladoras, façam seu papel de garantir prioritariamente a defesa do meio ambiente e a economia dos recursos naturais.

Para que a reciclagem popular possa ser ampliada e fortalecida, propomos a criação de um Programa Estadual de Investimentos na Reciclagem Popular, que deverá introduzir uma política de financiamento estruturante às organizações de

catadores, organizados em todos os níveis, superando a lógica de concorrência feita por editais. Esse financiamento deve apoiar desde as pequenas associações de catadores que ainda estão em cima dos lixões até aquelas que estão em processo de comercialização coletiva e que estão realizando a industrialização do material reciclável. Esse apoio deve ter o objetivo de fortalecer o crescimento dos catadores para o desenvolvimento da cadeia produtiva, tornando-a solidária e autogestionária. Esse programa deve articular as diferentes políticas sociais de educação, saúde, habitação, erradicação do trabalho infantil e assistência social para toda a população catadora, independente do seu nível de organização. Na prática, esse programa deverá apoiar aqueles catadores que mais precisam e que são menos atendidos. Queremos transformar a cadeia da reciclagem, que hoje se sustenta da exploração dos catadores, em fonte de inclusão e solidariedade.

## **DIREITOS ANIMAIS**

A sociedade entende que já não há mais espaço para que as administrações fechem os olhos para o sofrimento animal. Há diversas questões nesse âmbito, que refletem questões culturais, filosóficas e sociológicas amplas.

O comércio de animais domésticos, tanto o comércio formal quanto o comércio informal, muitas vezes é fonte de sofrimento para esses animais. Quando fêmeas são levadas a gerarem vários filhotes para obtenção de lucros para seus proprietários, é comum que vivam em péssimas condições de vida e de saúde, sobrecarregadas com gestações de filhotes sem fiscalização de crueldade da parte do Estado. É importante apontar que a criação de animais de “raça” retrata a mesma lógica excludente quanto aos humanos, pois há “espécies” que valem mais do que outras, escondendo todo um mercado explorador, cruel que envolve criadores, comércio, “clubes” de certificação de qualidade de animais, e muitas vezes até mesmo veterinários pouco preocupados com o bem-estar animal.

O abandono de animais domésticos é, em parte, decorrente do comércio de animais. Atualmente, existem mais animais do que crianças no Brasil e, segundo a OMS, o Brasil tem 30 milhões de animais vivendo nas ruas. O IBGE aponta que 44,3%

dos domicílios do país possuem pelo menos um cachorro, e 17,7% possuem pelo menos um gato.

#### *Prioridades e compromissos*

- Estabelecer um Plano Estadual de Preservação do Meio Ambiente sob a lógica do Ecosocialismo.
- Independência de uma Secretaria de Meio Ambiente na avaliação de impacto ambiental dos projetos sob cuidado do governo do Estado.
- Criar o Programa Estadual de Investimentos na Reciclagem Popular.
- Coibir o abandono animal com legislação que regre as vendas de animais tanto em lojas quanto a criação informal de animais de “raça”.
- Estabelecer políticas públicas de castração de animais domésticos de baixo custo ou gratuita para famílias mais pobres.
- Criar opções vegetarianas e veganas nas instituições públicas.
- Criar legislação estadual permitindo animais de porte pequeno e médio em transportes públicos, desde que vacinados e contidos (caixas/gaiolas de transporte).
- Incentivo ao uso de energia limpa, com desconto na conta de luz e outras taxas.
- Criar políticas públicas e legislação para diminuir atropelamentos de animais nas estradas.

## POPULAÇÃO LGBT

A violência contra a população LGBT se expressa cotidianamente nas ruas, por meio dos insultos, piadas, agressões físicas e discriminação nos locais de estudo, de trabalho e de lazer.

O Brasil é responsável por 50% das mortes da população transexual no mundo – um verdadeiro escândalo. Nessa população, a expectativa de vida não passa dos 30 anos, comparados aos 75 anos da população geral. Como se não bastasse, nosso país é o que mais mata LGBTs por crime de ódio no mundo: um a cada 19 horas.

É grave constatar que, muitas vezes, é o próprio Estado que perpetua a violência contra essas populações. Em 2017, o vereador de Porto Alegre Roberto Robaina denunciou um caso de agressão da Brigada Militar contra travestis, em abordagem completamente inadequada dos brigadianos. É necessária formação continuada para os agentes, de modo a compreenderem a importância de uma postura colaborativa, e não impositiva, com a sociedade, em especial com as populações vulneráveis.

As LGBTs possuem especificidades de saúde que devem ser levadas em consideração na elaboração das políticas públicas. O Estado ainda está muito atrasado no processo de atenção de pessoas transexuais, seja ele na questão da hormonização, da saúde mental ou da cirurgia. Da mesma forma, os profissionais não estão preparados para o atendimento das especificidades de saúde de lésbicas, gays e bissexuais, para além da questão do HIV. Questão essa que, aliás, também foi atacada por Sartori: o governador, no Estado líder em casos de HIV/AIDS, promoveu as condições para o fechamento do Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA).

Quanto à educação, defendemos que a questão da diversidade deve estar presente na escola. O debate sobre o respeito ao próximo faz parte da educação inclusiva e é a melhor maneira de combater a evasão escolar, em especial da população trans.

### *Prioridades e compromissos*

- Colocar em prática da Lei Anti-LGBTfobia Estadual para coibir e punir

ações LGBTfóbicas e preconceituosas e criação da rede de atenção às vítimas de violência.

- Apoiar os Movimentos Nacionais LGBT para aprovação da criminalização da LGBTfobia e positividade do casamento igualitário entre pessoas do mesmo sexo, bem como do direito de adoção.
- Desenvolver ações intersetoriais de educação em direitos humanos e respeito à diversidade, efetivando campanhas e currículos que abordem os direitos sociais.
- Lutar pela Inclusão de mulheres trans e travestis na Lei 13.104 /2015, mais conhecida como Lei do feminicídio, garantindo-lhes o reconhecimento institucional e a proteção legal a que são devidas nos casos de crimes cometidos contra mulheres.
- Treinar as polícias quanto ao tratamento às pessoas LGBT, para o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos.
- Estabelecer motivação de discriminação por identidade de gênero e orientação sexual em registros nos protocolos de atendimentos nas delegacias e demais instituições públicas que encaminham denúncias, conforme projeto do deputado estadual Pedro Ruas.
- Criar portaria que regulamente, no âmbito do sistema prisional, os direitos de pessoas LGBT.
- Incluir no Plano Plurianual a previsão orçamentária para garantir a funcionamento dos ambulatórios trans já existentes, consolidar ou ampliar suas equipes, bem como possibilitar a abertura de novos ambulatórios.
- Lutar contra a perspectiva patologizante das identidades trans.
- Oferecer formação e capacitação permanente para todos os e as profissionais que trabalham nos serviços numa perspectiva humanizada e não patológica.
- Estabelecer plano de metas para redução de mortalidade por HIV/AIDS e coinfeções como tuberculose e pneumonia, principalmente nas populações LGBT e negra.
- Articular uma rede de atenção e cuidado à população intersexual, numa perspectiva de autonomia dos corpos, orientação das famílias e garantia de direitos humanos.
- Ampliar ambulatórios voltados para a população trans, estabelecendo obrigatoriedade em cidades com mais de 300 mil habitantes.
- Criar linha de cuidado à saúde integral das mulheres lésbicas e bissexuais.
- Estabelecer enfrentamento à violência ginecológica e obstétrica sofrida por mulheres lésbicas ou bissexuais e homens trans.
- Implementar política de atenção integral à saúde de pessoas trans em trabalho sexual.
- Criar campanhas de prevenção ao suicídio de pessoas LGBT, com fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial.
- Realizar levantamento de pessoas LGBT em situação de rua.
- Criar casas de Abrigo LGBT e políticas afirmativas na aquisição de habitação popular.



- Rigor na responsabilização de famílias que abandonam os filhos ou demonstram incapacidade de criação de filhos e filhas LGBT.
- Implementar políticas de ação afirmativa para acesso e permanência de pessoas LGBT em todos os níveis educacionais, com direito ao uso de nome social e banheiros à partir da autodeterminação das pessoas trans.
- Implementação de EJAs para população LGBT, em especial para população trans, articulada com formação técnica.
- Produção de material didático com perspectiva de diversidade de gênero e sexualidade para uso na formação de educadores, educadoras e estudantes.
- Prevenção ao bullying e violência LGBTfóbica e evasão escolar através comissões formadas por docentes e discentes para prevenção e tratativa dos casos de violências, com educação permanente e política de sensibilização para os Direitos Humanos.
- Reconhecimento da identidade de gênero e orientação sexual de crianças e adolescentes nas escolas.

## MULHERES

Ainda antes de assumir o governo estadual, Sartori atacou as mulheres. A seu pedido, a Assembleia Legislativa, que até então não contava com nenhum mandato do PSOL, extinguiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Para se ter uma ideia da importância dessa secretaria, o trabalho da SPM articulou políticas públicas que tiveram como resultado a redução de feminicídios em 32% no Estado. O governador prometeu que as políticas seriam mantidas, a despeito da absorção da SPM pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Não foi, entretanto, o que aconteceu na prática. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa organizou um dossiê, em 2017, sobre o sucateamento das políticas públicas para mulheres no Estado, entregue ao escritório da ONU Mulheres no Brasil. Segundo o dossiê, a rede de proteção que outrora achava-se no Estado tornou-se praticamente inexistente.

Um governo realmente democrático deve preocupar-se com a vida das mulheres. As mulheres são afetadas por diversos problemas sociais, como a violência, o desemprego e a baixa renda. A questão da violência deve ser enfrentada principalmente pelo governo estadual, através do estabelecimento do combate à violência contra a mulher como prioridade das forças de segurança, além da criação de mais Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Mas a atuação governamental não deve resumir-se à violência, mas também enfrentar outras mazelas da desigualdade. Na Região Metropolitana, por exemplo, as mulheres ganham 26,4% menos do que os homens, segundo levantamento da FEE de 2015.

### *Prioridades e compromissos*

- (Re)Criar a Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Qualificar e ampliar o número de delegacias das mulheres.
- Direção das delegacias das mulheres por delegadas e policiais femininas, treinadas para esse tipo de atendimento.
- Estabelecer rede de assistentes sociais, bem como ampliação das casas de apoio, com atendimento especializado no campo da saúde; e organização de juizados específicos para que a Lei Maria da Penha seja efetivamente aplicada, além de uma ampla campanha pública contra a violência.
- Criar e manter creches em todos os órgãos públicos estaduais para garantir a permanência das mulheres no trabalho, além de fazer pressão

para que haja creches nos espaços de estudo e trabalho dos âmbitos municipais e federais.

- Manter a rede estadual ofertando vagas na educação infantil, uma vez que a estrutura de escolas da rede em parceria com as prefeituras pode potencializar o aumento das vagas na educação para as crianças.
- Fomentar debates de educação sexual, em parceria com os municípios, para homens e mulheres em todas as escolas, postos de saúde, associações de bairros, além da distribuição gratuita e variada de métodos contraceptivos.
- Tensionar o debate político pela legalização do aborto em âmbito nacional.
- Criação de um plano estadual de políticas públicas para as mulheres, que seja construído a partir de um amplo debate entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e os movimentos de mulheres organizados, e que reflita suas reivindicações históricas. É preciso que o governo tenha uma atitude pró-ativa, efetiva e transversal em todas as suas áreas, combatendo as diversas formas de opressão incrustadas em nossa sociedade.

## **COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL**

Não é possível compreender nosso país sem compreender a questão racial. No Brasil, a desigualdade tem cor. Por isso, esse é um debate que não pode ser secundarizado – sem ele, a transformação social que almejamos nunca será atingida. Mesmo após 130 anos da abolição da escravidão, seus perversos efeitos persistem na sociedade. O Rio Grande do Sul tem a capital mais segregada do país, conforme análise feita pelo Jornal Nexo a partir do índice demográfico de dissimilaridade.

Segundo dados do IBGE, quase um quinto da população gaúcha identifica-se como negra. As contribuições históricas do povo negro são inegáveis em todos os setores, como na economia e na cultura. O Rio Grande do Sul é o Estado com mais casas de religião de matriz africana no Brasil, por exemplo. Mas essa participação não se reflete em outros setores. Em 2015, na Capital, por exemplo, a taxa de desemprego de negras e negros foi quase 90% maior que a de brancas e brancos. Ao analisar os desempregados por sexo e cor, constatamos que as taxas mais altas de desemprego encontram-se entre as mulheres negras. Isso reflete-se na renda: negros e negras ganham apenas 67,7% do que ganham brancos e brancas, em média.

A estrutura racista da sociedade brasileira e gaúcha pode ser percebida por diversos indicadores. Negros e negras são as principais vítimas de homicídios (de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras), têm maiores índices de analfabetismo, piores empregos e salários e piores índices de saúde (como maior mortalidade infantil).

No Estado, as ações de promoção de igualdade racial são executadas pela Coordenadoria da Igualdade Étnica e Racial da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos. Como aconteceu com as políticas para mulheres, o orçamento destinado às políticas de promoção de igualdade racial foi enxugado e essas políticas públicas foram deixadas de lado.

Um governo popular e democrático deve promover políticas de reparação histórica, tendo em vista o combate à discriminação racial e à desigualdade social e econômica que ainda persistem. Isso passa pela construção, em conjunto com o

movimento negro organizado, de políticas de incentivo à contratação de negros e negras no mercado de trabalho, políticas de respeito à cultura e à história afrobrasileira, políticas de cotas raciais e sociais, com o objetivo de tornar o nosso Estado uma referência nacional em promoção da igualdade racial. Da mesma forma, deve estar atento às especificidades dessa população, investindo, por exemplo, na saúde da população negra.

O combate ao racismo deve perpassar toda a estrutura de governo, de modo que não teremos simplesmente uma ação isolada para a negritude em nosso governo, mas a presença do combate ao racismo em todas as suas estruturas.

#### *Prioridades e compromissos*

- Projeto de ações afirmativas em todas as secretarias estaduais, incluindo necessariamente a presença de negros e negras entre os secretários.
- Programas de formações antirracista abertas à população centralizadas e descentralizadas.
- Programa de resgate histórico da identidade negra no Rio Grande do Sul, reconhecendo oficialmente a importância do povo negro na construção do nosso Estado.
- Apoio aos povos tradicionais de matriz africana na regularização das unidades territoriais tradicionais, protegendo a cultura e a ancestralidade dessas populações.
- Aplicação da Lei 10.639 no Rio Grande do Sul, com ensino da formação da história afro-brasileira em toda a rede do Estado.
- Apoio à regularização das comunidades quilombolas.
- Incentivar o protagonismo da mulher negra: possibilitar espaços de atuação e interesse para a mulher negra trazer sua história, sua tradição e ritos de passagem.
- Apoiar a luta dos movimentos sociais para combater a segregação das populações negras nas áreas periféricas das cidades, construindo políticas públicas que façam a pressão inversa.
- Valorizar a cultura afrobrasileira, combatendo a segregação das manifestações culturais de matriz afrobrasileira.

## INDÍGENAS

O respeito aos povos originários é obrigação de reparação histórica dos governos. Tais como os negros, os indígenas foram vítimas de séculos de opressão, escravização, extermínio, expulsão das terras, preconceito cultural, luta e muita, muita resistência para conseguir manter sua comunidade unida e sua cultura viva. Mais de 500 anos depois da chegada dos europeus ao Brasil, a demarcação de terras indígenas continua sendo uma pauta não resolvida. Para os povos indígenas, a questão da terra não é simplesmente uma luta por moradia ou por terrenos agricultáveis: é uma luta pela manutenção de uma tradição, de um modo de vida e de um sistema social.

Segundo a FUNAI, há processos relativos a 48 unidades territoriais indígenas em nosso Estado, das etnias Guarani, Guarani Mbya e Kaingang – ainda que saibamos que não há apenas estas (a etnia Charrua, por exemplo, está representada na cidade de Porto Alegre). Dessas unidades, 7 são declaradas, 2 são delimitadas, 19 estão em estudo e 20 são regularizadas. Entre declaradas, delimitadas e regularizadas, as terras indígenas gaúchas perfazem uma área total de mais de 110 mil hectares – a quase totalidade delas na área de domínio da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

A candidatura da líder indígena e ecossocialista Sonia Guajajara expressa a preocupação do PSOL com os povos originários, que também estará refletida no governo estadual do Rio Grande do Sul. Ainda que a pauta mais urgente – a demarcação de terras – não seja uma atividade diretamente do governo estadual, nosso plano de governo contemplará o tensionamento político pela demarcação de terras indígenas junto à FUNAI e ao governo federal. Da mesma forma, não será orientação do governador a repressão violenta de indígenas em atos reivindicatórios por meio da ação da Brigada Militar. Essa questão, aliás, liga-se à questão da Reforma Agrária, que deve ser uma bandeira de luta do governador do Estado. Os conflitos entre indígenas e pequenos agricultores seriam mitigados caso estes tivessem mais acesso à terra, concentrada nas mãos de poucos.

Os indígenas necessitam ter reconhecidas suas especificidades nas políticas públicas. Unidades de saúde e escolas devem ser aptas a compreender e a entender tais necessidades. No sistema de saúde, por exemplo, há unidades básicas específicas para o tratamento da saúde indígena. Nosso governo estimulará a estruturação desse tipo de serviço próximo a esses povos, por meios próprios, principalmente no caso da educação, ou em parcerias com outros entes públicos, como no caso da saúde, em que o município é o gestor pleno. Na educação, ainda, é fundamental que a cultura indígena seja estudada por todos os discentes gaúchos, como forma de valorização das contribuições desses povos ao nosso país.

Acima de tudo, reconhecemos a legitimidade única dos povos indígenas quanto à sua própria história. Dessa forma, nenhuma medida será tomada pelo nosso governo sem que antes seja ratificada pelas lideranças das diversas etnias indígenas presentes no Rio Grande do Sul.

#### *Prioridades e compromissos*

- Priorizar a demarcação de terras indígenas como uma responsabilidade do governo estadual.
- Estabelecer relação de colaboração com as lideranças indígenas do Estado, discutindo todas as políticas para a população indígena com elas.
- Reconhecer e aplicar as especificidades indígenas nas políticas direcionadas a essas populações.
- Lutar pela Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul.

## **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCDs)**

As políticas estaduais de inclusão para PCDs, assim como ocorre com a negritude, as mulheres, as LGBTQs e os indígenas, são um verdadeiro escândalo. Para se ter uma ideia, no projeto de lei do orçamento de 2018, enviado à Assembleia Legislativa pelo governo estadual, estavam previstos apenas 50 mil reais para investimentos em políticas para PCDs. Isso corresponde a menos de 0,0001% do orçamento estadual. Esse é o valor que o governo Sartori dá às políticas de inclusão.

Nosso governo trabalhará para aumentar substancialmente o orçamento destinado às políticas de inclusão para PCDs em seus diversos eixos, principalmente na inserção no mercado de trabalho e nas campanhas de conscientização e respeito aos direitos da pessoa com deficiência.

### *Prioridades e compromissos*

- Garantir um orçamento digno às políticas para PCDs, condizente com as necessidades da área.
- Desenvolver políticas de inclusão específicas, em parceria com entidades de apoio, como a Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul.
- Garantir a representatividade de PCDs no âmbito do governo estadual.